

# O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano IX • Janeiro/Fevereiro 2006 • Nº 62

EDITORIAL

## 31 de Janeiro Dia Nacional do Sargento

O 31 de Janeiro é uma data com especial significado para os Sargentos de Portugal, por isso a comemoram ininterruptamente desde 1977, e desde então consideram-no como o Dia Nacional do Sargento.

Neste nosso dia, comemoramos a primeira Revolta Republicana, ocorrida no Porto em 1891. Revolta eminentemente popular em que os protagonistas maiores foram os Sargentos da Guarnição Militar do Porto.

A situação vivida na altura era de grande descontentamento, motivado pela política dos sucessivos governos da monarquia incapazes de salvaguardar a independência e a honra da pátria, face ao humilhante Ultimato Inglês de 1890.

A Revolta do 31 de Janeiro de 1891 não foi um acto aventureiro ou de mero desespero, foi sobretudo um acto de superior coragem e sentimento patriótico, apenas derrotado devido à hostilização da alta burguesia, de parte da inteligência de então e por ter sido minimizada pelos oficiais.

Apesar de derrotada, os seus valores e objectivos viram a luz do dia 19 anos mais tarde, em 5 de Outubro de 1910, sendo esses valores que ano após ano, ultrapassando proibições, punições, desaconselhamentos e ameaças, comemoramos e enalteçemos. São esses valores, ainda hoje património inalienável dos Sargentos de Portugal, que fazem do 31 de Janeiro – O Dia Nacional do Sargento.

Pela terceira vez, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de resolução, tendo por objectivo a consagração deste dia como Dia Nacional do Sargento. Uma vez mais, esta nossa velha aspiração, não se concretizou no plano legislativo, mas esta recorrente omissão não impediu, nem retirou brilho a umas comemorações que se realizaram em mais de 20 localidades do Continente e Ilhas e nos mais variados locais onde existem Sargentos.

Soubemos recentemente que o ministro da Defesa, Dr. Luís Amado, fez saber junto do ministro dos Assuntos Parlamentares da sua não concordância relativamente ao reconhecimento do Dia Nacional do Sargento, por ter dúvidas se este tipo de celebração individualizada contribuiria para a coesão do pessoal que serve nas Forças Armadas.

Então o que dizer do dia da Marinha, do dia do Exército, do dia da Força Aérea ou dos dias das diferentes Armas e Serviços, senhor ministro?

Fique o Dr. Luís Amado e todos os que o secundam nesta opinião a saber, que o 31 de Janeiro é o nosso dia: porque está no nosso coração; porque é essa a nossa vontade colectiva; porque temos orgulho e honra dos heróis do 31 de Janeiro; porque queremos erguer bem alto os nomes dos nossos camaradas ABÍLIO, GALHO e ROCHA.

Tal como em 1891 não serão as deserções e as hostilidades que nos vergarão, venham elas de onde vierem, e desta tribuna asseguramos que iremos continuar a comemorar o DIA NACIONAL DO SARGENTO!

VIVA O DIA NACIONAL DO SARGENTO! ▲

## Resistir e lutar É O CAMINHO!



**Encontro Nacional  
de Sargentos na Reserva  
e na Reforma  
Lisboa, dia 19 de Abril**

**Comemorações  
do Dia  
Nacional do  
Sargento**



## Assistência na Doença aos Militares

Com a publicação do DL 167/2005, de 23 de Setembro, que estabelece o novo regime jurídico para a assistência na doença aos militares, muitas indefinições e preocupações cresceram no seio da Família Militar.

Só para referir alguns exemplos, diríamos que:

- Apesar do compromisso político de salvaguardar o desconto máximo em 1%, existe uma proposta da entidade gestora (o IASFA) para que este aumento seja maior;

- Deixa de haver distinção entre pessoal reformado e pessoal no activo, para efeitos de comparticipação medicamentosa; os reformados passam de uma situação de custo zero com medicamentos, para escalões de comparticipação entre 20% e 95%;

- É de assinalar que mais de 90% dos medicamentos passam a ter uma comparticipação máxima entre os 40% e os 70%! Logo, a degradação da qualidade de vida é evidente!

- As entidades prestadoras de serviços estão a fazer interpretações diferenciadas das circulares com claro prejuízo para os utentes.

Estes são apenas alguns dos inúmeros problemas, dúvidas e questões levantados diariamente pelos nossos camaradas e seus agregados familiares e para os quais, infelizmente, não conseguimos vislumbrar respostas objectivas.

Mas as dúvidas começam exactamente pelo próprio preâmbulo do diploma, quando se refere que "o presente diploma unifica a assistência na doença aos militares das Forças Armadas, até agora efectuada por três subsistemas de saúde específicos de cada um dos ramos (...) num único subsistema sujeito a um regime paralelo ao da ADSE". Esta alteração, salvaguardando as especificidades da condição militar, contribui de forma decisiva para o anunciado objectivo de uniformização dos vários sistemas de saúde públicos...

Afinal de que "uniformização de sistemas" estamos nós a falar?

De que "paralelismo com a ADSE" estamos nós a falar?

Por mero exemplo, é importante que se saiba, e que se diga, que um beneficiário da ADSE deixa de pagar para este serviço quando transita para a situação de Reforma, continuando, e bem, a dele usufruir. Um militar, beneficiário da "nova ADM" continua a pagar para este serviço mesmo depois de transitar para a situação de Reforma! Afinal de que "paralelismo" estão os nossos políticos a falar? Como é que os nossos chefes militares vêm em coro afirmar que está "salvaguardada a condição militar"? ▲

## 3 de Abril em Almada COMEMORAÇÃO do 30.º ANIVERSÁRIO da CONSTITUIÇÃO

Cidadãos Militares, oficiais, sargentos e praças, dos 3 ramos das Forças Armadas, juntamente com a Associação Amigos da Cidade de Almada, vão realizar no dia 3 de Abril, pelas 21 horas, na Academia Almadense, em Almada, uma sessão comemorativa do 30.º aniversário da Constituição da República Portuguesa.

Como o Poder Local Democrático faz 30 anos (foi em Dezembro de 1976 que foram eleitos os primeiros representantes para as autarquias locais) esta sessão também contará com o apoio das autarquias do concelho de Almada e a sua participação na Comissão de Honra.

Pela importância que a defesa da Constituição tem na construção do Portugal Democrático, apelamos a todos os militares que compareçam nesta sessão, que constará de:

- Intervenção sobre a Constituição;
- Actuação de artistas.

A Comissão ▲

## ALBERTO COELHO "LAVA AS MÃOS COMO PILATOS"

Após a publicação do DL 207/02, de 17 de Outubro, que equiparou as tabelas indiciárias dos sistemas retributivos dos militares aos da GNR, os sargentos-ajudantes promovidos antes daquela data, passaram a auferir um vencimento inferior aos promovidos a partir de Janeiro de 2003. A razão desta discrepância e injustiça prende-se, como se sabe, com o facto do último índice de 1SAR ser igual ao primeiro de SAJ e aquando da promoção haver lugar a pelo menos um impulso de 5 pontos indiciários, como decorre da lei que regulamenta o sistema retributivo.

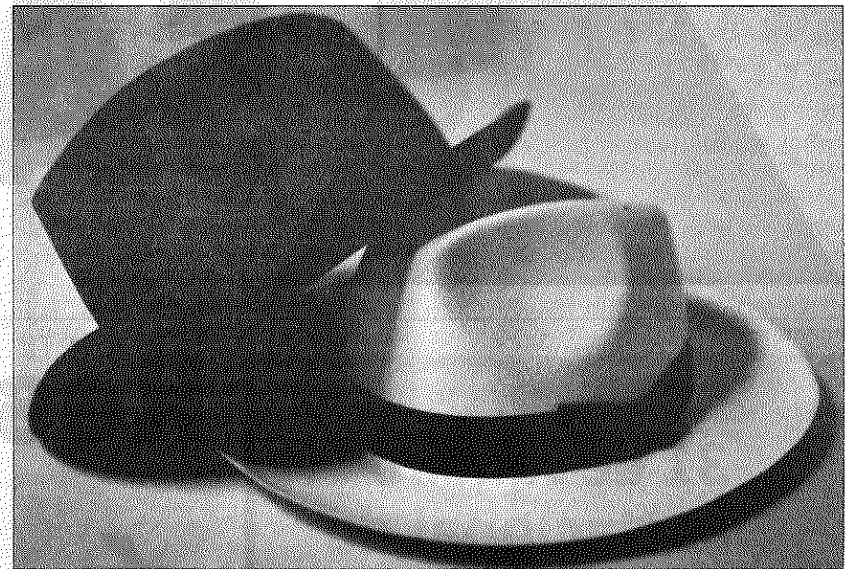
Esta situação foi várias vezes colocada pela ANS, nas várias reuniões tidas com o secretário de Estado da Defesa de então - dr. Henrique de Freitas - nas quais esteve sempre presente o, ainda hoje, director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar - dr. Alberto Coelho. Era para a ANS evidente que face à igualdade indiciária acima referida, o problema iria surgir, e, por esta razão, propusemos várias vezes que do Decreto-Lei em preparação fizesse parte um mecanismo que impedisse esta discrepância, aliás como o contemplado no Decreto-Lei que regulamenta o Sistema Retributivo da GNR.

O facto é que não nos quiseram dar ouvidos e o principal opositor da nossa proposta foi o dr. Alberto Coelho. Alegava ele que a lei em vigor já contemplava soluções para corrigir a situação de inversão salarial descrita.

Mesmo depois dos problemas estarem a ocorrer e de alertado o MDN para tal, o dr. Alberto Coelho manteve-se incompreensivelmente agarrado ao seu errado argumento, impedindo tensamente a sua solução.

Os SAJ lesados dirigiram-se, por escrito, ao Ministro da Defesa no sentido deste tomar medida legislativa que pusesse termo ao problema recebendo como resposta o seguinte, e passo a citar:

"Relativamente ao requerimento dirigido a S. Ex.º o Ministro da Defesa Nacional, onde é solicitada a atribuição de um diferencial de 5 pontos indiciários, desde 01 de Janeiro de 2003, cum-



pre-nos informar, por determinação de S. Ex.º o Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, o seguinte:

1. Nos termos do nº 1 do art. 33º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), o órgão a quem o requerimento, petição, reclamação ou recurso é dirigido deve, antes de mais, certificar-se de que tem competência para conhecer da matéria. Se após análise, concluir que o pedido foi dirigido a órgão incompetente para a decisão, deverá, ainda, este órgão avaliar se o erro de identificação do destinatário é ou não desculpável.

2. Ora, in casu os militares têm obrigação de saber que compete aos Chefes dos Ramos dirigir, coordenar e administrar os respectivos ramos, e, nessa medida, não podia nem devia V. Ex.º ignorar que a decisão de mérito sobre o pedido formulado cabe, em exclusivo, no âmbito das competências do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

3. Afigura-se, pois, que o erro na identificação da entidade competente para a decisão é indesculpável, pelo que, de acordo com o disposto no nº 3 do art. 34.º do CPA, o pedido ora dirigido a Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional não pode ser apreciado, devendo o mesmo ser dirigido a S. Ex.º o Chefe do Estado-maior da Força Aérea."

Salvo melhor opinião, o dr. Alberto Coelho continua agarrado ao seu erro e responde aos nossos camaradas num tom que revela inco-

modidade, teimosia e desrespeito pelos ofendidos. Para que fique claro a razão e a justeza da atitude dos nossos camaradas, passo a citar uma resposta de um ex-CEMFA a camaradas que lhe se dirigiram numa situação similar:

"Deste modo, e porque a actividade legislativa está, nos termos constitucionais, cometida aos órgãos próprios da administração, não se encontrando entre eles o Chefe de Estado-maior da Força Aérea, a questão em apreço só poderá ser ultrapassada por via legislativa e por conseguinte fora do âmbito das competências que me são próprias."

Em que ficamos dr. Alberto Coelho? O senhor tem responsabilidades no plano da governação e como tal tem não só de conhecer e cumprir a legislação como também de, ao seu nível de responsabilidade, contribuir para a produção de legislação que elimine as injustiças e discrepâncias que lesem os mais elementares direitos dos administrados.

Perpetuar os problemas que lesam os administrados com resposta que roça o insulto, não é com certeza o melhor dos caminhos, muito menos quando se pretende alijar responsabilidades anteriores. Proceder assim, é fazer como Pilatos.

Alvaro Martins ▲

## APOSENTAÇÃO

Este texto lapidar do Prof. Marcello Caetano vem no Manual de Direito Administrativo, vol. II, 9.ª edição, pp. 778-779, e reza assim:

«Tem-se discutido na doutrina se pelo facto da inscrição como subscritor da Caixa o funcionário adquire ou não o direito a aposentação nos termos da lei vigente nesse momento.

Sem dúvida que a inscrição do funcionário originava mera expectativa, a qual só se transforma em direito quando ele, nos termos legais, reúna as condições necessárias para ser aposentado.

Dentro da orientação objectivista que prevaleceu durante muito tempo nos países latinos, negadora de direitos aos funcionários, entendeu-se que estes não gozavam de qualquer garantia jurídica no respeitante à aposentação, enquanto não se subjectivasse por um acto administrativo para cada situação de aposentado. Os funcionários ao serviço estariam completamente dependentes do legislador que poderia em qualquer altura

aumentar a idade ou o número de anos necessários para a aposentação ordinária, diminuir a pensão ou até suprimi-la, pois o desconto feito nos vencimentos era simples expediente de contabilidade e não o pagamento de um prémio de seguro.

Tais ideias estão inteiramente ultrapassadas e devem considerar-se obsoletas. Como tem sido frisado, a situação dos funcionários não pode ser menos favorecida que a dos empregados das empresas privadas, nem seria moral que o Estado procedesse com o seu pessoal em termos que condena no procedimento dos restantes patrões.

(...) O funcionário, ao pagar as quotas fixadas por lei, adquire o direito a, uma vez reunidas as condições nela estabelecidas, vir a ser aposentado e em termos não menos favoráveis que os então previstos.»

Meus caros amigos, se era assim no *ancient régime*, será que agora, em democracia, tal actuação de quem nos governa já não está ultrapassada, não é obsoleta, nem é imoral? ▲



Processo de apreciação parlamentar dos Decreto-Lei n.º 166 e n.º 167/2005, de 23 de Setembro

## O VOTO DOS GRUPOS PARLAMENTARES

**N**a sequência da intensa actividade associativa verificada durante o ano 2005, de iniciativa das associações sócio-profissionais de militares, de contestação às medidas lesivas da Condição Militar, dois Grupos Parlamentares, PCP e CDS/PP, apresentaram iniciativas no âmbito do trabalho parlamentar.

Como se pode ler do Diário da Assembleia da República (não confundir com o DR) n.º 66, do dia 10 de Dezembro de 2005 onde se descreve o debate então ocorrido, as iniciativas eram de natureza diferente que, como é óbvio, tiveram desenvolvimentos e desfechos diferentes.

A do CDS/PP foi uma iniciativa de um projecto de Resolução, que tinha por objectivo suspender a eficácia dos diplomas aprovados, 166 e 167/2005, ambos de 23 de Setembro, que respectivamente alteraram negativamente o EMFAR, modificando o regime de passagem à reserva e à reforma dos militares das FA, e o regime jurídico da assistência na doença.

Esta iniciativa podia ter uma de duas consequências: ou era votado favoravelmente e os diplomas eram suspensos, o que a maioria absoluta do PS não permitiu; ou era votado negativamente, como se verificou, e a iniciativa morria ali. Foi, portanto, uma iniciativa que valeu pela clarificação de posições durante as fases do debate e da votação.

Por outro lado, o PCP apresentou duas iniciativas, uma para cada diploma, denominadas de apreciação parlamentar, dos referidos diplomas. Por decisão da Mesa foram apreciadas em conjunto e, como envolviam propostas de alteração aos diplomas em apreciação, implicariam desenvolvimento e desfecho diferente.

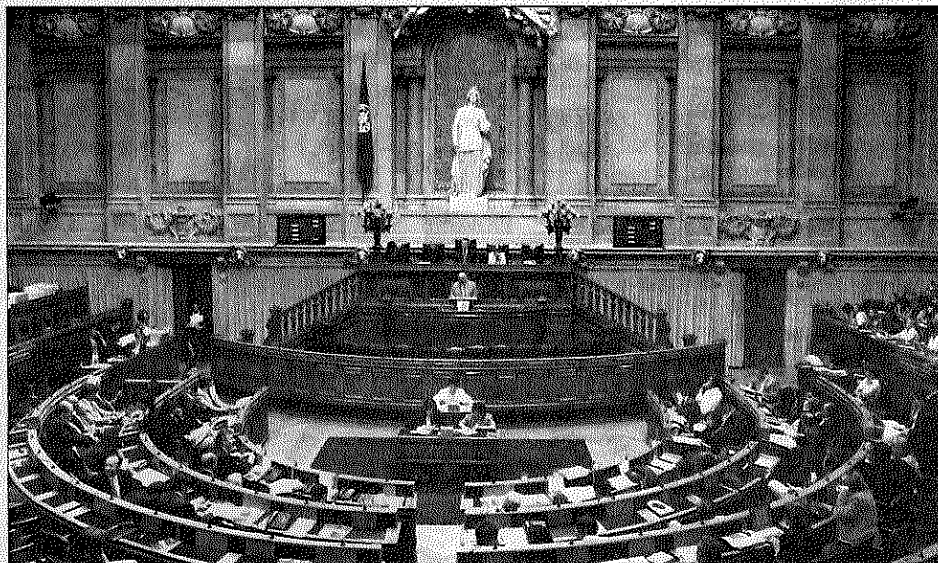
Como é norma do Parlamento, havendo propostas de alteração em causa, as propostas baixam às Comissões respectivas onde são apreciadas na especialidade. Foi o que aconteceu com esta iniciativa, tendo baixado à Comissão de Defesa Nacional. Esta Comissão, como é seu hábito, decidiu antes de mais promover a audição das partes interessadas e que poderiam contribuir para o esclarecimento e enriquecimento do debate ali em curso.

Foram auditadas as associações sócio-profissionais dos militares, os quatro Chefes de Estado-maior, o ministro da tutela. O trabalho prosseguiu internamente, tendo tido o seu desfecho em votação interna no passado dia 10 de Janeiro de 2006.

Pelos relatórios se pode verificar que nas reuniões realizadas por aquela Comissão, para proceder regimentalmente à discussão e votação na especialidade das Apreciações Parlamentares, compareceram os seguintes GP's: PS, PSD, PCP, CDS/PP, tendo faltado o BE.

Dos relatórios das apreciações parlamentares 5 e 6, apresentadas pelo GP do PCP, no sentido de alterar os DL 166/2005, de 23 de Setembro, e 236/2005, de 25 de Julho, que introduzem, respectivamente, alterações ao EMFAR, passagem às situações de Reserva e Reforma, e à Assistência na Doença, assinado pelo presidente da Comissão de Defesa Nacional, o deputado Júlio Francisco Miranda Calha, constata-se que o PS, com maioria absoluta, já não respeitou uma prática que vinha em uso naquela Comissão desde sempre: a de decidir por consenso, sem que qualquer maioria impusesse a sua vontade às restantes forças políticas.

O PS votou contra todas as propostas



*Esta iniciativa podia ter uma de duas consequências: ou era votado favoravelmente e os diplomas eram suspensos, o que a maioria absoluta do PS não permitiu; ou era votado negativamente, como se verificou, e a iniciativa morria ali. Foi, portanto, uma iniciativa que valeu pela clarificação de posições durante as fases do debate e da votação.*

de alteração respeitantes ao primeiro diploma, passagem à situação de Reserva e Reforma, como seria de esperar o PCP votou favoravelmente todas as propostas de alteração, sendo que os PSD e o CDS/PP abstiveram-se numa situação e votaram favoravelmente outras.

Na votação na especialidade das propostas de alteração ao segundo diploma, a bipolarização foi muito mais nítida. Nas palavras do presidente expressas no Relatório: "Submetidas à votação, todas as propostas de alteração foram rejeitadas, com os votos contra do PS e votos a favor do PSD, do PCP e do CDS-PP".

Pelo que, declara em ambos os casos: "Termos em que se verifica caduco o processo de apreciação parlamentar dos Decreto-Lei n.º 166 e 167/2005, de 23 de Setembro, devendo o Plenário ser informado de tal facto e remetida para publicação a respectiva declaração, nos termos regimentais aplicáveis".

Utilizando a célebre expressão "Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és!", podemos concluir dizendo "Diz-me como votas, dir-te-ei de que lado estás!"

Para conhecimento de todos, as propostas de alteração avançadas pelo GP do PCP ao DL 166/2005, incidiram sobre os artigos 46.º, 122.º, 155.º e 159.º do EMFAR e foram:

Artigo 46.º, ponto 3: - Todo o Tempo de serviço é aumentado da percentagem de 25% para efeitos do disposto nos artigos 152.º e 159.º, salvo o disposto no n.º 6 do artigo 207.º.

Artigo 121.º pontos 4 - (propunha-se que fosse eliminado); pontos 4, 5 e 6 (propunha-se que mantivessem as redacções, respectivamente, dos anteriores números 5, 6 e 7.

Artigo 122.º (propunha-se que se mantivesse sem alteração).

Artigo 152.º, ponto 1, alínea c): Declare, por escrito, desejar passar à reserva depois de completar 36 anos de tempo de serviço militar ou 55 anos.

Artigo 155.º (propunha-se que se mantivesse sem alteração).

Artigo 159.º, ponto 1, alínea b): Complete, seguida ou interpoladamente, cinco anos na situação de reserva fora da efectividade de serviço. Actual ponto 2: Eliminado. Pontos 2 e 3 manteriam as redacções, respectivamente, dos anteriores pontos 3 e 4.

Artigo 206.º ponto 4: Eliminado. Pontos 4, 5, 6 e 7 manteriam as redacções, respectivamente, dos anteriores pontos 5, 6, 7 e 8.

Quanto ao diploma 167/2005, de 23 de Setembro, sobre a alteração ao regime jurídico da assistência na doença, as propostas de alteração foram as seguintes:

A alínea a) do n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 167/2005, de 23 de Setem-

*Na votação na especialidade das propostas de alteração ao segundo diploma, a bipolarização foi muito mais nítida. Lê-se no Relatório: "Submetidas à votação, todas as propostas de alteração foram rejeitadas, com os votos contra do PS e votos a favor do PSD, do PCP e do CDS-PP".*

bro, passa a ter a seguinte redacção: a) Nas situações de licença ilimitada, excepto quando resulte de doença, de acidente, e no caso previsto no n.º 4 do artigo 206.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;

Para a alínea d) do n.º 3 do artigo 4.º do mesmo diploma foi proposta: d) Os beneficiários da pensão de preço de sangue definidos nos termos do n.º 5 do Decreto-lei n.º 466/99, de 6 de Novembro, tendo como referência os militares ou deficientes das Forças Armadas constantes das alíneas a) e c) do artigo 2.º desse diploma.

Quanto aos Beneficiários familiares ou equiparados, foi proposta a seguinte redacção: 1 - Podem inscrever-se como beneficiários familiares ou equiparados o conjugue, os descendentes ou equiparados e os ascendentes ou equiparados a cargo do beneficiário titular.

Sobre a Prestação de cuidados de saúde em estabelecimentos públicos, ponto 1: As prestações efectuadas pelas entidades referidas alíneas a) e b) do artigo anterior são gratuitas para os beneficiários. Ponto 2 (Eliminado).

O ponto 5 do seu artigo 12.º passaria a ter a seguinte redacção: 5 - Os beneficiários assumem os encargos relativos à diferença de custos no caso de opção por internamento em quarto particular.

Sobre o artigo 15.º, Entidade gestora: 1 - A gestão da ADM incumbe ao IASFA, em termos a definir em diploma próprio. 2 - O diploma referido no n.º anterior deve assegurar o financiamento adequado do IASFA e a separação clara entre as suas funções de Assistência na Doença aos Militares e de Acção Social Complementar.

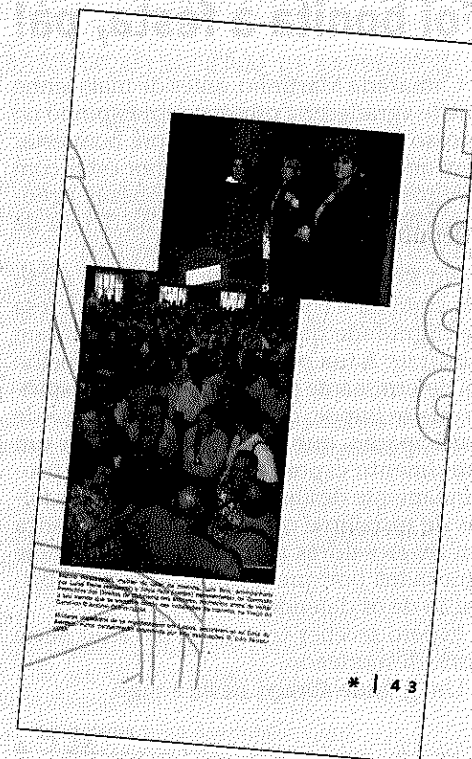
O ponto 3 do artigo 18.º teria a redacção: Têm direito à inscrição como beneficiários familiares ou equiparados da ADM, os conjugues sobreviventes e os descendentes de militares falecidos, bem como os beneficiários familiares ou equiparados inscritos nos subsistemas da ADME, da ADMA e da ADMFA que, à data da entrada em vigor do presente diploma, reúnam uma das seguintes condições: as estipuladas nas alíneas a), b) e c). ▲

## RECONHECIMENTO DE UMA LUTA

A revista "CAIS", de Janeiro último, passou em revista alguns dos acontecimentos, que em sua opinião, delimitaram Portugal em 2005.

No editorial dessa revista lia-se: "A imagem permite, ainda que de forma ilusória e exclusiva, falar de um particular estado de coisas... a sua selecção não resulta de critérios previamente estabelecidos. É certamente circunstancial, mas não facciosa... Vivemos num país que consome, de forma voraz, o que nos chega de dentro e de fora, mas que pouco ou nada reflecte, no fluir do tempo, o seu ser e o uso que faz as coisas."

A página 43 da revista é inteiramente dedicada à luta que os Sargentos travaram no último semestre de 2005. Mereceu a escolha, provavelmente circunstancial, mas não facciosa da equipa que procedeu à selecção dos factos e das imagens, valorizando a DIGNIDADE de quem resiste com honra e civilidade aos ataques aos seus direitos, mesmo quando alguns, poucos, dos interessados desvalorizam essa mesma resistência. ▲





## Cartas dos LEITORES

## Publicação diferenciada das leis para funcionários ou para políticos

Observe-se a diferença entre estas duas leis, ambas aprovadas na Assembleia da República, no dia 28 de Julho de 2005:

### Lei n.º 43/2005

Determina a não contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras e o congelamento do montante de todos os suplementos remuneratórios de todos os funcionários, agentes e demais servidores do Estado até 31 de Dezembro de 2006.

Foi publicada no dia 29 de Agosto, entrando em vigor no dia seguinte à da publicação — a partir de 30 de Agosto, o tempo de serviço não conta e, por esse motivo, os funcionários não progredem na carreira.

### Lei n.º 52-A/2005

Altera o regime relativo a pensões e subvenções dos titulares de cargos políticos e o regime remuneratório dos titulares de cargos executivos de autarquias locais.

Foi publicada no dia 10 de Outubro, entrando em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da publicação — entretanto os autarcas já tomaram posse e não são abrangidos pela Lei.

Esta Lei "esteve de férias" e voltou ao Parlamento para aprovação final (!?) a 15 de Setembro (nesta altura o tempo de serviço e o consequente congelamento de carreiras dos funcionários já estava em vigor há mais de quinze dias!!!). Depois "esteve na gaveta" e só foi enviada ao Presidente da República a 4 de Outubro (mas salvaguardando que "a presente Lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da publicação").

Recorde-se, finalmente, a euforia do Eng. Sócrates a anunciar à comunicação social a alteração da Lei, explicando que agora os sacrifícios eram para todos, a começar pelos políticos!...

Que vergonha...

Gonçalves Ramos  
Coronel (REF) ▲



## Foi bonita a festa, pá!

Camarada Martinho, antes de mais tenho que te agradecer a presença em Espinho no "nosso 31 de Janeiro". É sempre bom estar com amigos mas é muito melhor estar com amigos que partilham das nossas preocupações e estão em sintonia na defesa de valores que consideramos essenciais!

No RE3, como pudeste ver, todos estão em sintonia e com determinação na defesa da dignidade que aos poucos nos tentam subtrair. A tua presença e do Lima Coelho foi determinante para consolidar um espírito que se impõe, de alerta permanente e de participação, que só faz sentido se for um movimento espontâneo de militares profundamente desiludidos com inúmeras faltas de respeito e com uma forte esperança em rever valores antes respeitados e hoje ignorados por quem tinha mais que obrigação de os defender!

Espero receber-te mais vezes aqui neste norte desnordeado.

Um grande abraço, deste amigo,

M. C. ▲

## PROMOVIDOS MAS DESVALORIZADOS E PENALIZADOS NO VENCIMENTO

# Sargentos não são tolos!

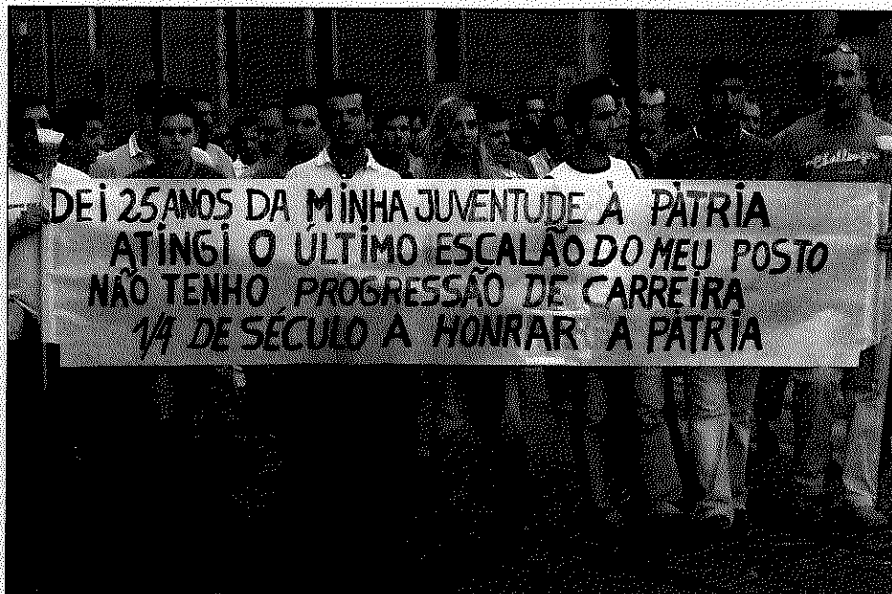
Diz o ditado popular que "Com papas e bolos se enganam os tolos...", porém os Sargentos de Portugal não são tolos, como há muito o vêm demonstrando, nem estão ávidos de papas ou bolos pois sabem bem aquilo com que se querem alimentar.

Como estamos todos lembrados, o aparecimento do DL 70/2005, de 17 de Março, deveu-se à pretensa intenção de resolver o problema dos capitães e primeiros-sargentos promovidos em 1990 que, como vínhamos há anos denunciando e propondo soluções alternativas, se viam numa situação de estagnação na carreira, nada condizente com a dignidade que a profissão militar deve encerrar, em todas as suas vertentes.

Como se de uma qualquer moeda de troca se tratasse, veio a chefia da Força Aérea argumentar que para "resolver" o problema destes homens era necessário desvalorizar o conteúdo funcional dos diversos postos, curiosamente apenas, e só, na categoria militar de Sargento e, no caso particular, no caso dos Sargentos da Força Aérea, medida já tentada em 1999 aquando da alteração ao EMFAR, mas que por acção dos Sargentos, em torno da sua associação representativa se conseguiu travar, o que na altura, e ainda hoje, se considerou e considera uma vitória de quem luta por acreditar na defesa dos seus direitos.

A ANS, desde a primeira hora, se opôs a esta forma simplista e, admitamos, perversa de pretender resolver a questão. Temos apresentado ao longo dos anos propostas objectivas e alternativas para estas e outras questões, todas tendo sempre em linha de vista a dignificação profissional dos militares sargentos.

O que hoje verificamos, e que, uma vez mais, prova claramente que tínhamos razão quando alertámos para as consequências negativas e para a perversidade da medida, é que de facto todos os capitães e primeiros-sargentos promovidos em 1990, foram agora



(em 2004) promovidos a maiores e sargentos-ajudantes, respectivamente. Os primeiros, viram um claro aumento nos seus vencimentos, os segundos foram promovidos, com grande publicidade e folclore mas "a custo zero", sendo que alguns dos nossos camaradas, por alteração do escalão tributário, ficaram a ganhar menos do que anteriormente à chamada promoção. Os primeiros passaram a exercer as funções próprias de maiores, na maioria dos casos, de acordo com a promoção. Os segundos continuaram a fazer o que faziam como primeiros-sargentos, porque lhes foi desvalorizada a função, ou nos casos mais raros de terem assumido funções de supervisão, por via do novo posto, nem por isso viram ser-lhes reconhecido o pagamento de exercício de funções de posto superior, porque com a referida desvalorização introduzida só os sargentos-chefes têm funções de supervisão.

Mais ainda, hoje praticamente não existem capitães de 1991 e poucos são já os de 1992. No entanto os primeiros-sargentos de 1991 e 1992 continuam, na sua grande maioria a arrastar-se no posto com perspectivas reduzidas de

ascensão na carreira.

Assim, é lícito questionar: a quem serviu afinal, esta medida legislativa? A quem é que se pretendeu efectivamente resolver o problema?

Entretanto, e perante o crescente sentimento de insatisfação, desencanto e incomodidade que se vive nas unidades militares, mercê das medidas aplicadas pelo Governo que prejudicam claramente o universo militar, apesar das chefias terem feito coro com o Governo quanto à salvaguarda da condição militar, e do crescente número de anos nos mesmos postos sem soluções à vista, recomeça a ouvir-se o rumor, senão mesmo boato, sabiamente orquestrado, em particular nalgumas unidades da Força Aérea, que "as chefias estão a tratar de tudo para voltar a aplicar a medida" numa clara atitude de acalmar as hostes e serenar qualquer arremedo de incomodidade.

Porém, perante o cenário real, e aqui não estamos a falar de ficção, quem continua a viver o mesmo problema são os Sargentos!

Não comemos as papas, não provámos o bolo... mas tolos é que não somos de certeza! ▲

## Missão no Kosovo: Nem todos são voluntários!

Há dias partiram para o Kosovo cerca de 300 militares portugueses numa missão da NATO. A 1SAR Raquel Nabais, de 33 anos, enfermeira do QP do Exército, estava integrada no contingente.

Esta nossa camarada soube, a 4 de Janeiro, que fora destacada para o Kosovo. Com o pai gravemente doente, em fase terminal de acordo com relatórios dos médicos que o acompanhavam, ela não quis deixar de lhe prestar os cuidados médicos que nos mesmos relatórios se consideram fundamentais, e, no dia seguinte, junto dos serviços da unidade em que estava colocada, o Hospital Militar Principal, dirigiu um requerimento ao CEME a solicitar o adiamento da sua missão.

O director do referido hospital, Major-General Lopes Henriques, não deu seguimento ao requerimento, num claro desrespeito pelas leis e normas em vigor, ordenando que o mesmo lhe fosse devolvido.

Raquel Nabais partiu a 11 de Janeiro para Santa Margarida, a fim de iniciar a preparação para a missão e cinco dias

depois apresentou um segundo requerimento. Desta vez não lhe foi devolvido mas, contudo, continuou a não merecer qualquer resposta. A pretensão não era de não cumprir a missão mas tão só de adiá-la, para permitir o acompanhamento do seu pai, havendo inclusivamente quem se oferecesse para substituí-la nesta missão, por troca.

Tendo esta situação chegado ao conhecimento da ANS, através de uma notícia no jornal "DESTAK", de 18 de Janeiro, sob o título "Ser militar a quanto obriga", que transcrevia uma carta escrita por uma das suas irmãs, procurámos apurar da gravidade da situação.

Perante esses dados e uma vez que foi concedida uma audiência aos dirigentes da ANS pelo CEME, em 20 de Janeiro, e pelo CEMGFA, a 24 de Janeiro (ver notícia "Actividade Associativa"), foi apresentado este quadro ao General CEME e ao Almirante CEMGFA. Na circunstância, ambos se prontificaram em encontrar soluções para a situação mas, lamentavelmente, em tempo útil, nada foi feito.

Como previam os relatórios médicos

o estado de saúde do pai da nossa camarada era muito débil, e a 26 de Janeiro veio a falecer. A Raquel Nabais está de baixa psiquiátrica porque, de acordo com uma das suas irmãs, "sentiu-se culpada por ter deixado o pai e está psicologicamente perturbada".

Entretanto, relativamente ao requerimento apresentado em Santa Margarida, nada foi respondido.

Entretanto, a posição assumida por ambos os Chefes Militares nas audiências com dirigentes da ANS, continua a ser alvo de um silêncio dolorosamente ensurdecedor!

Entretanto, o impensável num país democrático aconteceu. Raquel Nabais foi internada compulsivamente no Hospital Militar Principal, em psiquiatria, e mudaram-lhe a médica que a assistia! Inacreditável e desumano acto!

O gabinete jurídico da ANS está a prestar à nossa camarada o apoio possível, à qual "O Sargento" manifesta a sua solidariedade na dor da perda de um ente querido e, também, pela vil atitude persecutória, prepotente e mesquinha de que foi alvo. ▲



# (Não) Pagamento de abonos eventuais

Se em qualquer aviso prévio, no passado mês de Fevereiro, os nossos camaradas do Exército viram-se espoliados dos abonos eventuais, numa medida que, além de injusta e lesiva da estabilidade dos agregados familiares, o que por si só já é bastante grave, peca também por não observar princípios e regras estabelecidas no que aos pagamentos e ao respeito pelos homens concerne.

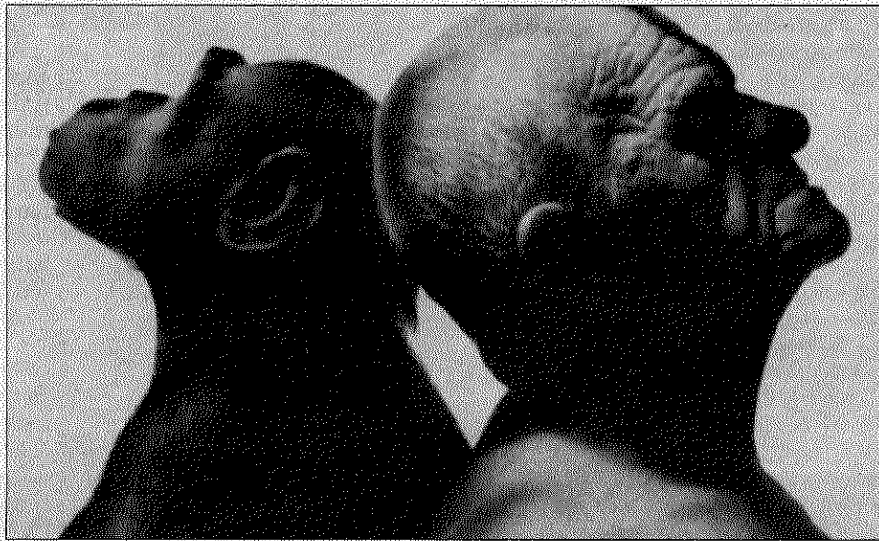
Os militares do Exército foram surpreendidos com o que vinha descrito nos seus boletins de vencimento. A seguir às parcelas correspondentes aos abonos eventuais a que teriam direito de acordo com a situação de cada um, vinha uma outra com o mesmo nome mas com o sinal menos (-) e com um asterisco (\*), o qual no final da folha surgia com um a simples palavra: "a regularizar"! As responsabilidades e compromissos dos militares, pessoas de bem, honradas e cumpridoras das suas obrigações, não se liquidam com um simples "a regularizar".

Entretanto, e porque uma onda de incomodidade começou a fazer-se sentir nas mais diversas unidades, estabelecimentos e órgãos daquele ramo das Forças Armadas, veio posteriormente o Comando da Logística, através da Chefia de Abonos e Tesouraria, via fax, divulgar uma lacónica nota intitulada "Abonos Eventuais - Vencimentos", que pelo seu conteúdo, no mínimo estranho, passamos a transcrever:

1. No âmbito da matéria em epígrafe, cabe a esta Chefia de Abonos e Tesouraria, o processamento de vencimentos e demais abonos eventuais a militares e civis do Exército.

2. Com a adesão do RAPE (Regulamento da Administração Financeira do Exército) os abonos eventuais (Subsídio de Turno, Ajudas de Custo, Subsídio de Abono de Residência e Alojamento, Outros abonos em numerário/espécie, etc.), estão sujeitos a um maior controlo duodecimal.

3. Em FEV06, por razões técnicas, não foi possível processar alguns dos abonos eventuais, tratando-se de uma situação



conjuntural que se prevê resolver a curto prazo pelo que se solicita a todas as UEO's a divulgação deste esclarecimento.

O Chefe, COR ADMIL, Francisco António C. Nogueira".

Como dizíamos, esta nota revela-se estranha e pouco esclarecedora.

Primeiro, cabe sempre perguntar se não houve tempo para perceber que com a adesão ao RAPE (signifique lá isto o que significar) esta possibilidade existia e dela informar os principais e mais directos interessados, antes de retirar dos seus orçamentos familiares parcelas fundamentais para a gestão dos meses cada vez mais intermináveis.

Segundo, o que é que significa estar "sujeito a um maior controlo duodecimal"? Será que antes do RAPE o controlo era menos rigoroso? Se sim, quem são os responsáveis por essa situação? Terão de ser os militares menos responsáveis por essa área a sofrer primeiramente as consequências desse eventual menor controlo? É que lendo esta nota torna-se lógica a ilação...

Depois, é ainda legítimo questionar que "razões técnicas" levaram a que, numa "situação conjuntural" (que si-

tuação conjuntural?) "não fosse possível processar alguns destes abonos" e, finalmente, o que é que se entende por "resolver a curto prazo" (uma semana, um mês, um ano? E as famílias suportam-no?).

Como é possível chamar a este fax esclarecimento? Quem consegue ficar esclarecido com este tipo de texto? Quem poderá ficar imune ao natural alarme derivado das referências implícitas e explícitas de falta de controlo nas matérias de abonos e vencimentos do Exército que toda esta, não apenas vergonhosa, mas também lesiva situação veio acordar?

E afinal, quem são de facto os responsáveis pela instabilidade criada nos militares e nas suas famílias?

É bem claro que são este tipo de situações que colocam em causa a coesão e a disciplina das Forças Armadas. Mas agora, contrariamente a outras épocas, não se vê o Ministro da Defesa Nacional, nem o respectivo Secretário de Estado, nem qualquer dos chefes militares preocupados com a situação, a abrir processos de averiguações ou a ameaçar com processos disciplinares! Falta de carácter ou dualidade de critérios? ▲

## Lido na IMPRENSA

### Militares não receberam subsídios Exército falha abonos

O Exército não pagou em Fevereiro os abonos eventuais aos cerca de 24 mil profissionais do quadro. A dívida, que rondará os 2,3 milhões de euros, deverá ser paga no final deste mês, segundo adiantou ao CM o porta-voz do Chefe de Estado-Maior do Exército, tenente-coronel Pimenta Couto.

Em causa, de acordo com a circular enviada pelo Exército às unidades militares a 16 de Fevereiro, estão problemas "técnicos" devido ao "maior controlo duodecimal" imposto pelo Regulamento da Administração Financeira do Estado (RAFE), que foi aplicado este ano nas Forças Armadas. Por isso, no passado mês de Fevereiro, os militares não receberam, entre outros, os subsídios de alimentação e de residência, ajudas de custo e as horas extraordinárias.

Até ao final desta edição, o Exército não conseguiu disponibilizar o valor total da dívida aos militares, mas, de acordo com a Conta Geral do Estado de 2004, o montante em falta deverá atingir os 2,3 milhões de euros.

Há dois anos, este ramo das Forças Armadas gastou no pagamento dos abonos eventuais mais de 31,9 milhões de euros. Feitas as contas, por mês, este valor representa uma despesa de 2,3 milhões de euros.

Segundo o CM apurou, um subsídio de residência ronda os cerca de 200 euros para o posto de primeiro-sargento. "Há militares que ficaram numa situação muito complicada, porque dependiam dos abonos para pagar as rendas e para se deslocarem para o trabalho", alertou o presidente da Associação Nacional de Sargentos, António Lima Coelho. "Como é que é possível os militares responsáveis pelas viaturas do Exército cumprirem o seu serviço, se não receberam o valor destinado para a limpeza do carro e do combustível? Vão retirar dos seus vencimentos?", questionou Lima Coelho.

Apesar de na missiva distribuída às unidades militares em Fevereiro não constar o prazo para o pagamento da dívida, o porta-voz do Exército, tenente-coronel Pimenta Couto, garantiu ao CM que "a situação estará resolvida no final deste mês".

Ana Patrícia Dias

in Correio da Manhã, de 08.03.2006 ▲

## AS MENTIRAS DO COSTUME

### Organismos da U.E. desmentem Governo

Nos últimos anos os diferentes governos de Portugal têm imposto aos portugueses, de forma pura e dura, uma política neoliberal que vem agravando as nossas condições de vida. Para tanto, deitam mão aos mais ignóbeis estratégias, senão mesmo à mentira, e utilizando massivamente os órgãos de comunicação social e todos os fazedores de opinião defensores do neoliberalismo económico procuram fazer-nos crer que não existem alternativas às políticas seguidas e aplicadas pelo Governo.

O actual Governo tem, neste campo, sido um verdadeiro campeão, pois para conseguir os seus objectivos não se tem poupado a esforços de virar portugueses contra portugueses, trabalhadores do sector privado contra trabalhadores da administração pública, desrespeitando a DIGNIDADE de todos eles, lançando na opinião pública o anátema segundo o qual os funcionários públicos seriam os primeiros e quase os únicos responsá-

veis pelo descalabro das contas do Estado e pelos malefícios da nossa economia.

A diabolização dos funcionários da administração pública, ao qual não escapam militares, professores, juizes, magistrados, forças de segurança, etc., o mal-fadado défice e a cruzada para o debelar, são argumentos utilizados para esconder as reais e verdadeiras intenções dos governantes e não mecanismos para resolver os graves problemas estruturantes da nossa economia, senão vejamos como organismos oficiais da U.E. desmentem o que nos procuram impingir:

1. Do Statics in Focus n.º 41/2004, produzido pelo departamento oficial de estatísticas da União Europeia, retira-se que a despesa portuguesa com os salários e benefícios sociais dos funcionários públicos é inferior à mesma despesa média dos restantes países da Zona Euro.

2. Outra publicação da Comissão Europeia, L'Emploi en Europe 2003, permite comparar a percentagem dos empregados do Estado em relação à totalidade dos empregados

de cada país da Europa dos 12. E o que vemos? Que em média nessa Europa 25,6 por cento dos empregados são empregados do Estado, enquanto em Portugal essa percentagem é de apenas 18 por cento. Ou seja, a mais baixa dos 12 países, com excepção da Espanha.

As ricas, Dinamarca e Suécia, têm quase o dobro, respectivamente 32 e 32,6 por cento. Se fosse directa a relação entre o peso da administração pública e o défice como estaria o défice destes dois países?

3. Um dos slogans mais usados é o do peso das despesas da saúde. A insuspeita OCDE diz que na Europa dos 15, o gasto médio por habitante é de 1458. Em Portugal esse gasto é de ...758. Todos os restantes países, com excepção da Grécia, gastam mais que nós. A França 2730, a Austria 2139, a Irlanda 1688, a Finlândia 1539, a Dinamarca 1799...

Para que não nos acusem de criticar e de não apontar alternativas, deixamos no ar algumas perguntas, ou antes pistas, que poderiam resolver o problema sem que fossem sempre os mesmos a ter

que pagar a crise.

— Por que não optar por cobrar os 3,2 mil milhões de Euros que as empresas privadas devem à Segurança Social?

— Por que não pôr em prática um plano para fazer a execução das dívidas fiscais pendentes nos tribunais Tributários e que somam 20 mil milhões de Euros?

— Por que não actuar do lado dos benefícios fiscais que em 2004 significaram 1.000 milhões de Euros?

— Por que não modificar o quadro legal que permite aos bancos, que duplicaram lucros em época recessiva, pagar apenas 13 por cento de impostos?

— Por que não renovar a famigerada Reserva Fiscal de Investimento que permitiu à PT não pagar impostos pelos prejuízos que teve no Brasil, o que, por junto, representará cerca de 6.500 milhões de Euros de receita perdida?

Como se vê existem outros caminhos e soluções, assim houvesse patriótica coragem. ▲

Leitor identificado



31 de Janeiro - DIA NACIONAL DO SARGENTO

## Firmeza ao lado das causas justas

**H**oje, mais do que nunca, o Mundo está, fundamentalmente, ligado aos meios da Comunicação Social. São através desses meios que se propagam os pontos de vista e se transmite o Património cultural e civilizacional de todo um Povo.

Com base nesse espírito, e tendo em conta a responsabilidade de expressarmos as ideias dos sargentos e falarmos da sua história, da nossa história, corporizámo-nos em equipa, em 1991, a continuação da publicação do jornal da classe "O Sargento", que apareceu pela 1.ª vez em 9 de Junho de 1873, pela mão do 2.º Sargento Campos Júnior e dos seus colaboradores.

Citando o historiador, nosso camarada Sargento-Ajudante Borges Machado, diremos que:

*"Os Sargentos Portugueses utilizaram sempre, ao longo dos tempos, os seus jornais e revistas como meio privilegiado para chamarem a atenção para os seus problemas de classe e para expressarem as suas legítimas aspirações."*

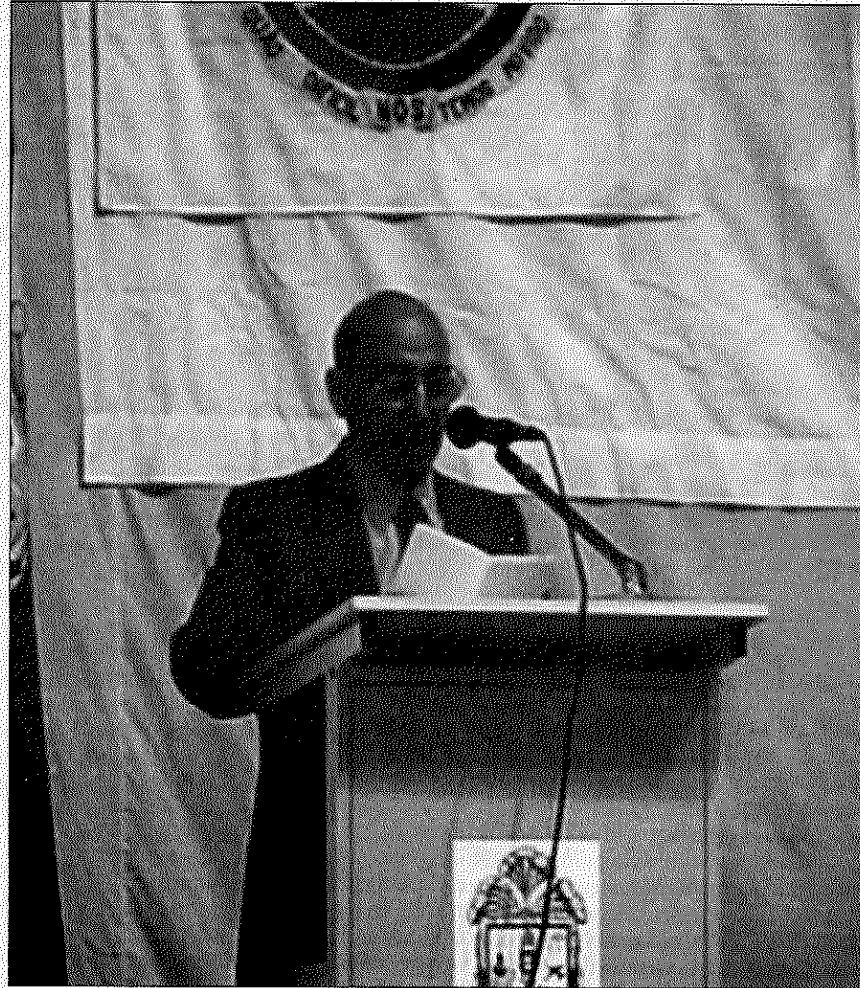
*"Os seus jornais foram particularmente actuaes nos períodos conturbados da vida social e política do país, quando as novas ideias e ideais eram disseminados pela imprensa e as crises acentuavam a degradação económica e dos mais desfavorecidos."*

*"Como aconteceu no último quartel do século XIX quando as reformas do Fontismo frustraram as naturais aspirações dos sargentos num ambiente de mudança; e o Ultimatum inglês despertou uma onda de protestos que culminou com a Revolta do 31 de Janeiro e levou, a prazo, à queda da Monarquia", citei.*

Como órgão oficial da Associação Nacional de Sargentos, o jornal "O Sargento" ressurgiu com um número especial nas comemorações do centenário do 31 de Janeiro, realizadas no Porto pela ANS e o Clube de Sargentos do Exército, no dia 26 de Janeiro de 1991 onde, na Romagem, no Almoço-convívio e na Sessão Solene se afirmou que o 31 de Janeiro de 1891 foi "Afirmção de uma Classe, Embrião da República" e continuará "Exemplo de Dignidade das Forças Armadas".

O surgimento do jornal dos Sargentos não se verificou numa ocasião pacífica.

Nele se informava que "foram punidos oito sargentos, membros dos órgãos sociais da ANS, por despacho dos chefes



*dos Estados-Maiores do Exército e da Armada, com penas que vão de dois a oito dias de detenção, tendo como fundamento a participação dos membros dos corpos sociais da ANS nas comemorações do 31 de Janeiro de 1990, levadas a efeito pela própria ANS".*

Mais informou, que a Comissão de Sargentos Pró-Estatuto tinha apresentado na Assembleia da República uma Petição, com 1138 assinaturas de Sargentos, pedindo a aprovação do Estatuto da Condição Militar, por si apresentado à Comissão de Defesa Nacional.

Desde então, "O Sargento" tem demonstrado toda a sua firmeza ao lado das causas justas dos Sargentos, dos militares, à luz da razão, onde só a verdade tem a ver com a transparência dos acontecimentos.

Para tanto, tem contado com o Vosso apoio e colaboração em termos de opiniões, comentários e sugestões.

A estima recíproca que existe entre

os sargentos e o seu jornal, é a garantia do êxito desta publicação ímpar do Jornalismo Militar.

Seria despropositado se, neste momento, nesta hora feliz de mostrar o quanto me foi honroso integrar as equipas que fizeram e dirigiram "O Sargento" ao longo de catorze anos, não reiterasse a enorme consideração e respeito pelos camaradas que nelas trabalharam, garantindo a concretização dos desejos dos Sargentos. Uma palavra de afecto ao camarada Director, Sargento-mor Álvaro Martins.

Entendo que, em breves palavras, terei dito tudo.

Ou o suficiente.

Não desejaria terminar sem abrir os braços à valiosa classe de sargentos a que pertenço e dizer-lhe do meu sincero reconhecimento.

Até sempre.

Armando Parreira ▲

### Mensagem da Associação 25 de Abril nas comemorações do 31 de Janeiro de 2006

À Associação Nacional de Sargentos  
A Associação 25 de Abril saúda a Associação Nacional de Sargentos e, através dela, todos os sargentos portugueses, nomeadamente os reunidos nas comemorações do 115.º Aniversário do 31 de Janeiro.

Associamo-nos à comemoração do Dia do Sargento e manifestamos a nossa solidariedade na acção que a Associação Nacional de Sargentos desenvolve, na defesa dos valores militares e da dignificação dos Sargentos e a da instituição a que pertencem.

De há alguns anos a esta parte que as Forças Armadas apenas são consideradas pelo poder quando o mesmo necessita das mesmas, no cumprimento das mais variadas missões.

Como em tudo, aquilo que não parece essencial, por muito que o seja, apenas é reconhecido quando a sua acção se mostra imprescindível ou quando a sua falta nos faz sentir mais fracos e incapazes.

É o que se passa com as Forças Armadas que, por muito que sejam utilizadas, em situações de paz são normalmente consideráveis como de menos importância e até descartáveis.

Por isso, se torna fundamental que os militares façam compreender a todos o papel das Forças Armadas e a enorme especificidade dos seus elementos.

Papel, onde a sustentação de um regime democrático e livre passa pela existência de umas verdadeiras Forças Armadas ao serviço de Portugal e dos Portugueses.

É nesse sentido que afirmamos que a consolidação da vida democrática passa pela dignificação das Forças Armadas.

Porque queremos continuar a lutar pelos valores de Abril, congratulamo-nos com a acção da ANS, e exortamos todos os Sargentos a nela participarem, devendo sentir-se orgulhosos por assim contribuírem para manter as Forças Armadas como o sustentáculo último de um Portugal democrático que, como consequência do 25 de Abril, comemora já os trinta anos da sua existência como país democrático-constitucional.

Com as mais cordiais saudações e um abraço amigo

O Presidente da Direcção  
Vasco Correia Lourenço  
Lisboa, 28 de Janeiro de 2006" ▲

## PCP propõe consagração do Dia Nacional do Sargento

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República, no passado dia 4 de Janeiro, um Projecto de Resolução nos seguintes termos:

*"A Assembleia da República aprova a consagração do dia 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento e recomenda ao Governo que, em colaboração com as Forças Armadas Portuguesas e com as associações representativas dos Sargentos, promova em cada ano, iniciativas destinadas a assinalar essa data, salientando o seu significado histórico e enaltecendo o papel dos Sargentos e os serviços por estes prestados às Forças Armadas e ao país."*

O Projecto de Resolução, que tomou o n.º 89/IX, é justificado, na opinião dos deputados proponentes, pela acção que os Sargentos da Guarnição Militar do Porto tiveram na Revolta do 31 de Janeiro de 1891, bem como, e citando o próprio texto:

*"A dignificação do estatuto dos sargentos, justamente por estes, não se obtém meramente através de iniciativas simbólicas*

*como a que presentemente se propõe. No entanto, a criação de um Dia Nacional do Sargento, para além de exprimir o reconhecimento do Estado Português em relação ao labor destes cidadãos militares, representa também uma oportunidade para que, em cada ano, seja consagrada uma data especialmente dedicada à reflexão e ao debate sobre a condição dos sargentos e a sua dignificação."*

Pela terceira vez, os restantes Grupos Parlamentares optaram pela omissão, impedindo que esta justa consagração fosse reconhecida.

Por este motivo, o Gabinete de Apoio ao Grupo Parlamentar do PCP enviou-nos, a 30 de Janeiro, a seguinte nota:

*"Por ocasião do 31 de Janeiro, permita que enderece à ANS e aos sargentos votos de sucesso."*

*Embora o PCP mais uma vez tenha insistido na consagração do 31 de Janeiro como o Dia Nacional do Sargento, ainda não foi a tempo desta comemoração que a classe viu consagrado este objectivo. Não desistiremos!" ▲*





31 de Janeiro - DIA NACIONAL DO SARGENTO

# As medidas do Governo e os militares

**E** stávamos, há um ano atrás, longe de imaginar que um ano depois, hoje, estaríamos com o mesmo conjunto de problemas por resolver, com as promessas por cumprir e numa situação bem mais gravosa, pela introdução de um conjunto de medidas sem precedentes que regrediu profundamente o nosso estatuto profissional, a Condição Militar, a nossa qualidade de vida e das nossas famílias, os nossos projectos e planos para o futuro, sustentados em justas e legítimas expectativas, normais para quem vive num Estado de Direito.

Tudo isto após umas eleições legislativas da qual resultou um Governo do Partido que venceu com maioria absoluta, em cuja campanha eleitoral tudo foi prometido e que, afinal, acabamos por verificar que a realidade é bem diferente.

Disseram que não aumentariam impostos, e foi o que se viu...

Prometeram 150.000 novos postos de trabalho, mas continuamos a ver o desemprego a aumentar para valores inimagináveis.

E cada vez temos mais dificuldades em proporcionar aos nossos agregados familiares a qualidade de vida que merecem e que ambicionam.

Esta é a dura realidade... apesar de alguns não a quererem ver.

Mas aqui estamos, camaradas... Prontos para resistir, unidos em torno da nossa associação, como bem demonstrámos no ano passado na sequência dos ataques de que fomos alvo por parte do Governo.

Bem mais grave que as reduções dos nossos direitos, foi a forma demagógica como o Governo reagiu perante a nossa legítima defesa, deturpando a nossa imagem junto da opinião pública através de comentadores de serviço nos órgãos de comunicação social, referindo-se aos militares como um grupo altamente privilegiado, recorrendo não poucas vezes à mentira, falando de instrumentalização político-partidária e deriva sindical das associações, proibindo as manifestações que antes havia autorizado, ignorando os pedidos de diálogo sério, ameaçando com alterações à Lei do Associativismo que inviabilizassem os nossos justos protestos, abrindo inúmeros processos disciplinares e aplicando punições para intimidar quem defende os seus direitos e das suas famílias.

Foi profundamente ofensivo, vermos menosprezados pelo Estado, do qual somos parte integrante e último garante, mesmo com o sacrifício da própria vida, e sentirmos que este nosso bem mais precioso nada significa...

Magoaram-nos profundamente...

Em muitas das nossas iniciativas, vimos lágrimas nos rostos de muitos camaradas. Lágrimas de raiva e de desgosto, pela ofensa de que fomos alvo, querendo remeter-nos para o silêncio.

O mesmo silêncio a que outros se remeteram, prisioneiros dos seus superiores compromissos, apesar das suas altas responsabilidades...

Essa mágoa permanecerá na nossa memória até ao fim dos nossos dias, por muito perfilados que continuemos nas paradas, nas honras militares aos representantes do Estado, em que não poucas vezes participamos. Sempre soubemos e saberemos cumprir as nossas obrigações! Outros não poderão dizer o mesmo...

Foi algo que há muito não se via e que julgávamos impossível, 31 anos depois do 25 de Abril e tudo porque ousámos informar, debater, denunciar, resistir... enfim, fizemos o que se espera de uma asso-



ciação representativa de classe... defender os direitos dos seus associados!

## "Desova legislativa"...

No que diz respeito às medidas do Governo, em concreto, tudo começou em 2 de Junho do ano passado quando o Conselho de Ministros aprovou o Programa de Estabilidade e Crescimento (o famoso PEC), no qual foram apontadas um conjunto de medidas para combater o défice do Orçamento do Estado, cujo valor verdadeiro disse, o então recém-empossado Governo, desconhecer. Espantoso! Como é possível que aqueles que sucessivamente se revezam nos cadeirões do Poder, possam afirmar tal coisa de forma impune?

Desde logo ficámos preocupados e essa preocupação agravou-se quando posteriormente recebemos da mão do Sr. Ministro da Defesa propostas de iniciativas legislativas, que nos deixaram perplexos, e que o mesmo apelidou de "desova legislativa"...

A verdade é que por via da corajosa e inteligente luta que travámos, parte dessa "desova" teve que recolher ao "ovário"...

## Continuar atentos, vigilantes e disponíveis

Desde 30 de Agosto do ano passado que nos congelaram a contagem de tempo para efeitos de progressão, bem como os suplementos remuneratórios, e esse congelamento irá durar, pelo menos, até 31 de Dezembro deste ano.

Devemos lembrar, no entanto, que esse congelamento abrangeu apenas os escalões e não as promoções como era intenção inicial do Governo.

Também aqui a nossa luta foi decisiva. Ficou comprovado o estratagem de legislar de forma dúbia e pouco clara, para depois se aplicar a Lei em função do nível dos protestos.

No que diz respeito ao nosso extinto sistema de Assistência na Doença, estamos hoje equiparados ao Regime da ADSE para efeitos de comparticipação dos actos médicos, o que representou uma perda significativa nos nossos direitos. No que diz respeito à comparticipação de medicamentos estamos equiparados ao regime do Serviço Nacional de Saúde. Quem teve este ano que ir a uma farmácia certamente já deu por isso ao pagar uma factura em muitos casos três vezes superior.

Os nossos cônjuges e as situações de união de facto e viuvez, mantêm, no entanto, o direito à assistência na doença, o que resulta claramente do processo de

resistência que travámos, perante tamanha injustiça.

Passámos, também, a descontar para a Assistência na Doença, algo que era gratuito desde 1972, por decorrer da nossa Condição Militar. Passámos a descontar... para ter menos direitos!

Dizem que é por uma questão de justiça e equidade...

Temos ainda todos os motivos para estar preocupados quanto à manutenção do IASFA e do seu invejável património acumulado por contribuições de gerações de militares, há muito debaixo da mira de sucessivos Governos. Temos de continuar atentos.

Participámos informalmente nas últimas reuniões do Grupo de Trabalho da ADM a nível do MDN. Não fomos integrados formalmente como o Sr. Ministro afirmou na imprensa. Fomos convidados particularmente pelo secretário-geral do Ministério, Gen. Luís Sequeira, já depois desse Grupo ter reunido por seis vezes e com o trabalho muito avançado. Não foi por isso que deixámos de lá estar e de dar o nosso contributo e as nossas discordâncias. Aguardamos a nossa integração de pleno direito...

Entretanto, estão aí as dificuldades da fusão dos três sistemas de assistência num só. Dificuldades de recursos humanos, materiais, instalações, sistemas e aplicações informáticas, etc. Esperemos, entretanto, que os reembolsos não comecem a acumular.

A criação desta nova ADM custará dinheiro. Muito dinheiro. Não deixa de ser estranho quando o princípio de tudo isto foi a necessidade de poupar...

Quanto à alteração no EMFAR das regras de passagem às situações de Reserva e Reforma, também aqui regredimos enormemente, embora o Governo não tenha ido, ainda, tão longe como inicialmente pretendia, uma vez mais devido à nossa resistência e às lutas travadas durante o processo legislativo. Por este motivo foram criados períodos de transição e normas de salvaguarda que protegeram alguns dos direitos adquiridos. Estamos hoje muito mais longe da idade de Reforma, num atoleiro de carreiras estagnadas, sem perspectivas de progressão de escalão e sem que se vislumbre uma luz ao fundo do túnel, por muito ténue que seja.

Reduziram-nos o aumento da contagem de tempo de 25% para 15%, mas com a imposição dos 55 anos de idade para a passagem à Reserva esses aumentos não servem para nada. Apesar disso, a tutela não esclarece o que acontece aos descontos já efectuados para a CGA por

muitos camaradas, que em muitos casos pagaram vários milhares de euros.

As alterações introduzidas no EMFAR, conjugadas com as alterações ao Estatuto da Aposentação, vieram alterar radicalmente e de forma dramática o nosso futuro.

Passamos a ter a nossa pensão de reforma calculada de acordo com as regras do regime geral da Segurança Social, no tempo de serviço decorrido a partir de 1 de Janeiro, podendo a redução da pensão atingir valores de cerca de 40%, particularmente para aqueles que tenham ainda muito tempo de serviço para cumprir.

Anuncia-se também o fim da CGA, uma vez que a partir de agora está proibida a inscrição de novos subscritores, passando os novos funcionários públicos a ser inscritos no Segurança Social. Como é lógico a CGA irá entrar em ruptura e em breve virão os políticos dizer que teremos que ir todos para a Segurança Social.

O quadro é negro. Vamos fazer descontos durante mais tempo, para recebermos pensões menores.

Na verdade, o que está em causa é o modelo de sociedade, em que o Estado deixará de garantir as suas responsabilidades sociais, e somos remetidos para sistemas de Segurança Social privados enriquecendo os sectores da banca, seguradoras e grandes grupos financeiros, que ano após ano vêm apresentando lucros fabulosos, aparentemente incompatíveis com um País que se arrasta numa crise sem fim à vista.

Como se já não bastasse tudo isto, existem ainda um conjunto grande de medidas que o Governo pretende implementar e que, caso o venha a fazer, descaracterizará completamente a nossa Condição militar, já fortemente abalada.

Estão na forja medidas para acabar com os quadros especiais, alterar sistemas de avaliação, fazer depender os vencimentos em função dessas avaliações, criar processos de desvinculação e requalificação profissional de supranumerários, inserção no Regime Geral da Segurança Social em que, entre outras coisas, passaremos a ter direito a subsídio de desemprego, bem como passaremos a perder o direito ao vencimento quando estivermos doentes, passando a receber subsídio de doença de valor bastante inferior.

Temos razão para estarmos muito preocupados.

Estou certo que, unidos, iremos conseguir resistir.

José Pereira ▲



# É extensa a lista de atitudes de desrespeito para com os militares

**E**stamos hoje aqui reunidos para comemorar os 115 anos de uma efeméride que, apesar de derrotada naquele momento, lançou as sementes na terra e materializou-se dezanove anos depois, em 5 de Outubro de 1910.

De facto, nos finais do século dezanove, as ideias republicanas começam a singrar no País que, tal como hoje, atravessa um período conturbado económica e culturalmente.

O arrogante e humilhante ultimato inglês acentua o descontentamento nacional assim como os sentimentos patrióticos tornando evidente, para muita gente, a necessidade de mudança de sistema político. Aliada à crise governamental que se vivia, esta vontade profunda e sentida de mudança instigou os militares mais corajosos, que com o apoio do povo anónimo do Porto proclamaram, pela primeira vez, a República. Aqui, cantada pelos revolucionários de 31 de Janeiro, soou pela primeira vez "A Portuguesa" de Alfredo Keil e Henrique Lopes de Mendonça, marcha vibrante e arrebatadora, de forte expressão patriótica, concebida para unir os portugueses em redor de um sentimento comum. Desconsiderada pelos monárquicos, foi proibida a sua execução em actos oficiais e solenes, aflorando espontaneamente à voz popular de novo em 1910, nas ruas de Lisboa, sendo ainda hoje, com algumas alterações, o nosso Hino Nacional.

Como é sabido, e de acordo com o historiador Joel Serrão, os sargentos tiveram uma importância determinante na Revolta de 31 de Janeiro de 1891, entre os quais se destacaram os Sargentos Abílio, Rocha e Galho. Daqui resulta a continuada intenção de que esta efeméride seja considerada como o Dia Nacional do Sargento! Acreditamos que o será formalmente, a breve prazo!

Sem o apoio das forças políticas e hostilizados ou minimizados pela maioria dos oficiais e pela alta burguesia, os revoltosos capitularam face às forças leais à monarquia. Foram vencidos! E ainda hoje se homenageiam "Os Vencidos" no cemitério do Prado do Repouso, na cidade do Porto! Vencidos mas não convencidos, como diz o dito popular! E não convencidos até hoje!

Num quadro em que o País atravessa, de novo, uma crise política, económica e mesmo de identidade, e em que desde a instauração da democracia com o 25 de Abril de 1974 não se viam ataques tão graves à Democracia e ao Estado de Direito, em que se perdeu completamente o princípio da garantia, da segurança e da confiança, importa recordar as razões morais, espirituais, sociais e políticas que estiveram na base de todas as revoluções por que passámos. Estes ataques fazem com que uma justificada preocupação percorra os militares, pois está em causa a enorme incompreensão dos sucessivos governos face às especificidades das Forças Armadas. Está em causa a mentira sistemática, a insinuação de mordomias e de privilégios, como método de argumentação política.

É extensa a lista de atitudes de desrespeito para com os militares, praticada pelos últimos governos, nomeadamente:



- Complemento de pensões congelados;
- Progressão nas carreiras congeladas;
- Cortes significativos em medicamentos comparticipados;
- Não pagamento de subsídios devidos;
- Não pagamento do complemento de Pensão de Reforma desde Agosto de 2000. Alguns destes camaradas reformados já faleceram sem que lhes tivesse sido pago um cêntimo;
- Situação dos ex-combatentes por resolver;
- Reconstituição das carreiras por resolver;
- Sistema retributivo distorcido em que militares mais modernos auferem vencimentos superiores a militares mais antigos, do mesmo posto;
- Fundo de pensões em falência;
- Desrespeito pelas regras estabelecidas em matérias de Higiene e Segurança no Local de Trabalho;
- Cortes nos efectivos e tendência crescente para a desvalorização funcional dos militares;
- Desrespeito grosseiro por diversas leis da República respeitantes aos militares;
- Alterações às regras do compromisso que a Nação assumiu com os seus militares no que respeita às normas de passagem às situações de Reserva e Reforma;
- Perda de direitos decorrentes da condição militar no que concerne à assistência na doença e agravamento da qualidade desta assistência para o agregado familiar;
- Instabilidade profissional e familiar face à indefinição e desconhecimento das reestruturações em curso ou a operar nas Forças Armadas e no sistema retributivo; etc...

E muito mais longa poderia ser a lista. Esta aqui apresentada apenas poderá pecar por falta. Nunca por excesso!

E tudo isto em nome de um suposto interesse nacional. Tudo em nome dos sacrifícios a que, diga-se em abono da verdade, nunca os militares e em particular os Sargentos, se escusaram. Os militares nunca pretenderam ser uma casta privilegiada mas não se lhes pode exigir especiais deveres, diminuindo ou mesmo retirando os escassos e especiais direitos decorrentes da sua condição militar!

Sobre o entendimento do que deverão ser as Forças Armadas, a realidade do associativismo sócio-profissional no seu seio e a forma como se deve pautar o relacionamento do Comandante Supremo das Forças Armadas com estas associações enviámos um ofício a todos os candidatos que concorreram a esta condição. Registe-se que apenas dois dos candidatos nos responderam: na circunstância o candidato Garcia Pereira e o candidato Jerónimo de Sousa. Dos outros quatro candidatos não obtivemos lamentavelmente qualquer resposta o que agrava a nossa preocupação particularmente quando o candidato eleito para o cargo de Comandante Supremo das Forças Armadas também se pautou pelo silêncio.

Os militares, os Sargentos de Portugal e os seus dirigentes associativos, ao contrário do que alguns pretendem fazer acreditar, sabem pensar! E se na verdade não suportam continuar a ser sujeitos a mais cortes nos seus já parcos direitos de cidadania, mais abominam a mentira usada como método de trabalho com as estruturas associativas.

Se, como habitualmente, ilustres responsáveis pela governação do País erradamente argumentam que o Governo foi eleito, é sempre bom lembrar que eleitos foram, de facto, os dirigentes associativos.

No contexto da situação existente nas Forças Armadas seria sensato suspender as medidas, analisá-las com mais rigor nos seus impactos, sobretudo no que respeita ao Estatuto dos Militares, envolver verdadeiramente as estruturas associativas neste processo, aliviando as tensões existentes. Ou seja, remeter o processo à matriz a que devia ter obedecido desde o início e que o Governo arrogante e soberbeiramente excluiu.

O desejo de independência, a liberdade, a igualdade, a sociabilidade, a fraternidade, a solidariedade são valores que nos devem ser caros a todos e de que não nos devemos esquecer ou largar por um qualquer comodismo que, infelizmente, também nos caracteriza.

A ANS, enquanto organismo representativo da classe a que nos orgulhamos de pertencer, em UNIDADE não deixará de batalhar para alcançar as soluções que a cada momento o universo dos Sargentos de Portugal considere as mais justas em prol da sua DIGNIFICAÇÃO, e apela à mobilização dos Sargentos em torno da sua associação representativa e ao trabalho efectivo no seio da própria ANS, numa demonstração inequívoca de CONFIANÇA!

Lançamos um desafio, na comemoração desta tão importante efeméride: que cada sócio faça um novo sócio! Assim, vamos crescer, rejuvenescer e afirmarmos como a força efectivamente representativa dos Sargentos de Portugal, reflectindo ao mesmo tempo o exemplo daqueles que há 115 anos acreditaram ser possível mudar o sistema político e alcançar para todos melhores condições de vida!

*Intervenção comum da ANS nas comemorações. ▲*



# Exemplo de combatividade

Comemora-se hoje mais um aniversário, o centésimo décimo quinto, da Revolta do 31 de Janeiro. Esta data é evocada normalmente como o primeiro levantamento nacional contra o regime monárquico, sendo ponto de referência obrigatório durante a longa ditadura, pois lembrá-la e saudá-la era um acto de protesto e combate que se desprendia da sua espantosa actualidade.

Poucas vezes ressaltou, no entanto, aquela classe de militares que tinha iniciado a Revolta, lhe dera corpo e soubera defender a dignidade do seu gesto nos momentos de adversidade – Os Sargentos da Guarnição do Porto.

Vista de modo global, concluiu-se que essa revolução foi de inspiração e aspiração Republicana e também foi, por um lado, o remate da grande emoção nacional suscitada pelo Ultimato Inglês de 11 de Janeiro de 1890 e, por outro, uma expressão de ódio contra as Instituições do poder que o Povo, em geral, responsabilizava pelo descrédito e fragilidade política, económica e social da Nação.

Efectivamente, o Ultimato de Inglaterra e a vergonhosa submissão do Governo de Portugal às imposições da sua velha aliada, desencadearam de imediato, de Norte a Sul do País, uma imensa explosão de cólera contra os ingleses, mas também, e sobretudo, contra a Coroa e o Governo Nacionais, cujo regime, ruinoso, corrupto e à beira da bancarrota, representava para o Povo, o réu, o culpado, de todos os vexames porque estava a passar a Nação Portuguesa.

Dado o calor posto pelo Povo nas suas manifestações, em breve surgem as acções repressivas, primeiro timidamente, e depois, cada vez mais violentas.

Sendo verdadeiras estas causas é impossível delas dissociar o movimento de dignificação da Classe de Sargentos que então crescia.

Por isso, opera-se uma sensível transformação nos costumes políticos portugueses, até aí brandos, que passaram a ser, de parte a parte, intolerantes, isto é, de um lado ficaram as Instituições (a Co-

roa e o Governo, que tentaram acertar as relações com Inglaterra) e do outro ficou o Povo. Este segue a via da conspiração...

Os militares, de um modo geral, e, particularmente os Sargentos e as Praças, sentiram-se molestados nos seus brios e sentimentos patrióticos e, como tal, também eles entraram na via da conspiração, uns, e na crítica mais ou menos aberta, outros.

Os Sargentos e as Praças que, de modo geral, são despidos de sentimentos mesquinhos, como a sede de poder e a oca vaidade, e que eram, de entre todos os militares, as maiores vítimas de tão iníquo regime, criam espontaneamente, um autêntico movimento revolucionário, no qual o seu jornal de classe "O Sargento", que existia desde 29 de Julho de 1888, assim como os jornais "A República Portuguesa" dirigido pelo Dr. Alves da Veiga e "Justiça Portuguesa" de Santos Cardoso, desempenham um papel primordial e precipitam-se em massa em tal movimento. De tal modo que, segundo alguns autores, numa só reunião clandestina, contados mais de setenta Sargentos do Porto.

Assim, em 24 de Janeiro de 1891, efectuou-se na clandestinidade uma grande Assembleia de Sargentos, com a finalidade de dar forma final a um documento que era, em simultâneo, uma intimação às Instituições no poder, no sentido de serem tomadas as medidas necessárias para a reposição da justiça e legalidade, e uma ameaça de recurso às armas no caso de não serem atendidos, uma vez que estavam a ser vítimas de ilegalidades e arbitrariedades, quer nas promoções, assim como nos aumentos de vencimentos...

Tudo isto precipitou os acontecimentos e a Revolta estalou na madrugada de 31 de Janeiro de 1891, do modo que é do conhecimento geral, isto é, encabeçada e protagonizada pelos Sargentos da Guarnição Militar do Porto, por muitos Cabos e Soldados dos seus Regimentos, de que aqueles se revelaram verdadeiros chefes.

Devido à precipitação dos acontecimentos, ou seja, à prematuridade que lhe



Romagem ao Memorial do 31 de Janeiro de 1891, no Porto, aquando das comemorações do Centenário da Revolta, estando no uso da palavra o SarCh Chaves Dias

foi imposta, a Revolta dos Sargentos não teve tão bons resultados quanto poderia ter tido se tivesse sido planeada com tempo adequado. No entanto, foi graças a ela, como disse um dos camaradas condenado a degredo, que "A palavra REPÚBLICA chegou às recônditas aldeias de Trás-os-Montes" e a partir daquela data nada foi igual ao que era dantes já que, entre a Nação e o regime se acentuou extraordinariamente o abismo moral, o qual só viria a desaparecer cerca de vinte anos mais tarde com a implantação da República.

É notável o significado social desta revolta, visto que, ao contrário de quase todas as outras revoltas e intencões havidas no nosso País, que se fizeram "de cima para baixo", isto é, dos Generais até aos Soldados e da alta Burguesia até ao Povo, a Revolta de 31 de Janeiro de 1891 foi efectuada por Sargentos e Cabos e alguns Oficiais e enquadrada e apoiada pelo Povo

anónimo das ruas (mas hostilizada ou minimizada pela maior parte dos Oficiais, pela alta Burguesia e até por grande parte dos intelectuais da época!). Foi, enfim, uma revolta fundamentalmente popular e também, de acordo com alguns autores, a determinante do maior e mais benéfico abalo moral porque passou a sociedade portuguesa no século XIX.

Atente-se na enorme dívida que temos para com a memória dos nossos, vencidos mas heróis, camaradas do "31 de Janeiro de 1891".

Por isso, entendo ser muito pouco o que se tem feito quanto ao evento e à memória daqueles nossos camaradas que, é certo, foram vencidos mas foram heróis, que foram punidos e humilhados, mas também foram amados e respeitados e, acima de tudo, deram o seu sangue e LIBERDADE pelos mais nobres ideais.

No entanto, é minha convicção que a maior e mais útil homenagem que poderemos prestar à memória daqueles nossos heróicos e sacrificados camaradas, será seguir o seu exemplo de combatividade e abnegação, sendo intransigentes, até ao sacrifício, para os injustos, os corruptos, os demagogos, os prepotentes, os elitistas e todos os demais indignos que ainda campeiam nas Instituições e na nossa sociedade em geral.

Não é preciso lembrar a forma como terminou esta Revolta, mas do acto heróico dos nossos camaradas ficou a certeza, que foram vencidos, punidos e humilhados, mas serão eternamente amados e respeitados.

Viva a memória dos Heróis  
do 31 de Janeiro!  
Vivam os Sargentos!  
Viva Portugal!

SMOR Aparício dos Santos  
presidente do Clube de Sargentos  
do Exército

Intervenção na cerimónia  
das comemorações do 115.º aniversário  
do 31 de Janeiro de 1891, realizada no  
cemitério do Prado do Repouso, no Porto,  
em 31 de Janeiro de 2006 ▲





31 de Janeiro - DIA NACIONAL DO SARGENTO

## Temos memória!

Em período de efemérides, é bom lembrar que também estamos a comemorar o 15.º aniversário de publicação do nosso jornal "O Sargento". Jornal que, sendo feito por Sargentos e para Sargentos, tem sido ao longo de todos estes anos um elo importantíssimo de ligação entre todos nós, independentemente do lugar onde nos possamos encontrar, mas também a voz firme, determinada e serena da nossa associação.

Mas "O Sargento" é muito mais do que isto, ultrapassou de há muito as fronteiras do nosso universo, devido à sua linha editorial e aos seus conteúdos tornou-se num jornal de referência, sendo atentamente esperado e lido em todas as áreas com interesse nas Forças Armadas e na Instituição Militar. Por tudo isto, editar, hoje, o nosso jornal passou a ser uma responsabilidade maior, pelo que aproveite esta oportunidade para vos incentivar a nele colaborarem, para com essa colaboração permitir o seu melhoramento quer nos conteúdos quer na regularidade com que vos chega às mãos.

O ano editorial que agora começa está carregado de incertezas devido a dois factores determinantes para as nossas vidas enquanto País e enquanto Povo que dele é parte integrante.

O primeiro factor tem a ver com o fe-

roz ataque à nossa Condição Militar perpetrado pelo Governo durante o último ano e que irá ter, pelos sinais conhecidos, novos desenvolvimentos nos próximos meses.

O segundo factor tem a ver com o quadro político saído das últimas eleições presidenciais. A eleição do Prof. Cavaco Silva não é um pormenor de somenos, pois a partir de Março ele será o Comandante Supremo das Forças Armadas, e também não é de somenos o que dele temos retido na memória, relativo ao período em que foi primeiro-ministro, para a área da Defesa. Foi nesse período que foram aprovadas inúmeras medidas, que desde sempre tiveram a nossa discordância e que a vida tem vindo a confirmar a nossa razão.

Sem ser fastidioso permitam-me que lembre algumas delas:

- A implementação do chamado NSR;
- As alterações introduzidas à Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas governamentalizando a escolha das chefias militares;
- A redução do SMO para 4 meses contra a vontade de toda a Instituição Militar;
- A decisão de tornar obrigatório para os militares o pagamento do então imposto profissional;
- A retirada do desconto na gasolina,



importante para todos nós, não devido ao seu valor, mas pelo que dele revertia para as ADM's que assim viram o seu financiamento comprometido a prazo, como hoje constatamos;

● A tentativa de ilegalização da ANS, ainda nos seus primeiros passos, e a repressão que nesse período foi exercida sobre os dirigentes associativos e muitos delegados.

Podemos todos argumentar que os tempos são outros e que os homens também mudam. É claro que sim e felizes ficaríamos se assim fosse, contudo um pequeno pormenor não nos deixa dormir descansados e prende-se com o facto de a ANS ter em período de pré-campanha enviado a todos os candidatos uma carta solicitando os seus pareceres relativamente às matérias que nos dizem respei-

to, e aos costumes o Presidente agora eleito disse nada, não se deu ao incómodo de responder. Apesar de tudo nunca será pela nossa acção que a relação institucional entre Presidência da República e a ANS não se concretizará. Tudo faremos com lealdade e frontalidade para que essa relação seja exemplar cumprindo-se assim o que as leis orgânicas determinam.

Para terminar, não poderei deixar de enaltecer, e com todos vós, lembrar o papel determinante que o nosso camarada Armando Parreira teve no engrandecimento do nosso jornal. Foram 14 anos de dedicação e empenho pelo que te ficaremos sempre gratos.

Álvaro Martins ▲

## Justiça e lealdade...

Hoje, tal como outrora, a situação sócio-profissional que vivemos e a que se perspectiva nos tempos mais próximos, não é fácil nem justa para a Instituição Militar, em geral, e para a Classe de Sargentos, em particular.

Tal como no passado, os problemas mais prementes continuam a não ser resolvidos, avolumando-se a cada ano que passa e, quem deveria fazê-lo, teima em considerá-los secundários, divergindo a sua acção e atenção para outros assuntos, esses sim verdadeiramente secundários, menos importantes, mas mais vistosos e mediáticos.

Temos que estar unidos na defesa dos nossos direitos e interesses, que nos são devidos por direito e não por favor. Não podemos voltar as costas e baixar os braços, nesta luta difícil e desigual, que só assim é, porque não usamos as mesmas armas e não estamos em igualdade de circunstâncias com o nosso opositor.

Se do nosso lado usamos a verdade, a lealdade, a frontalidade, os factos e as evidências indelmentíveis, do outro lado já não se pode dizer o mesmo. Para além do imenso manancial de recursos disponível, usam e abusam de meias verdades, de falta de frontalidade, de mentiras e do não cumprimento das normas e regras do jogo. Curiosamente, as mesmas normas e regras que anteriormente aceitaram e aprovaram. Como se isso não bastasse, e quando lhes faltam os argumentos válidos, ainda recorrem à afronta e ao insulto, pois outras palavras não encontro para justificar a constante e abusiva maneira de como apelidam os nossos mais que justificados actos de "...deriva sindical!"

Todos os actos e acções que se têm praticado, em protesto às injustiças de que

temos sido vítimas, nunca saíram dos limites que estão consignados na lei e que confinam o campo de acção das Associações, pois em todos os momentos foram pensados e avaliados para que assim acontecesse, não só porque é assim a nossa conduta, como também para evitar que se formem ou inventem ainda mais juízos ou opiniões erradas.

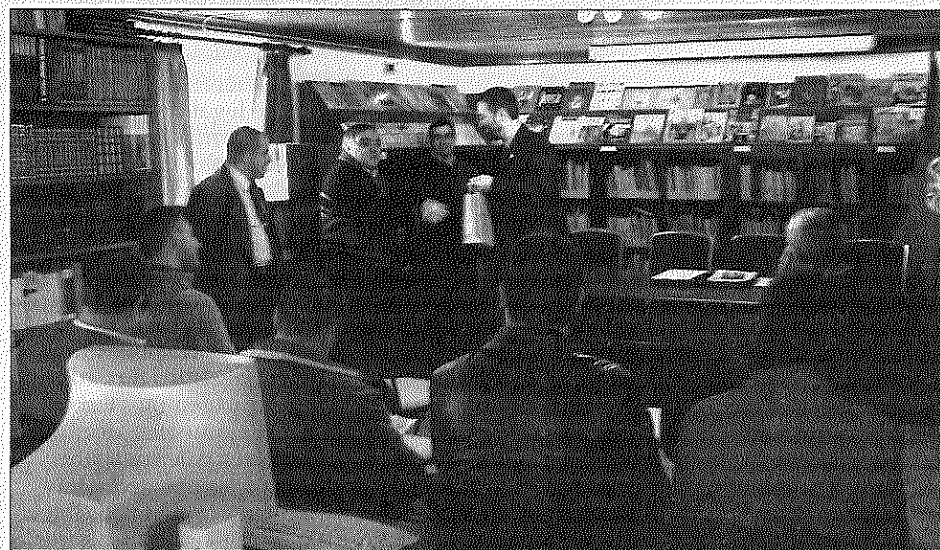
É um facto e um dado histórico, que o Meio Militar, mercê das suas características institucionais, dos valores que cultiva e das regras e normas pelas quais se rege, não se dá muito bem com a truculência e a sagacidade do Poder Político.

Se uma das regras pelo qual nos regemos, é a de sermos apatidários, convém salientar que isso não significa que sejamos apolíticos, nem tão pouco, que não possamos opinar sobre a vida social pública em geral e na qual estamos inseridos. Também não podemos nem devemos confundir, obediência com subservidência.

As FA são um pilar importante do Estado, da sua autoridade, mas com a falta de dignidade, de respeito e consideração com que o Poder Político as tem tratado, particularmente à Classe de Sargentos, provavelmente também teremos que deixar de agir como o bom cristão e deixar de dar sempre a outra face.

É bom dismistificar, de uma vez por todas, que se as Forças Armadas se encontram na situação difícil, como é conhecido, ao Poder Político o devem, que em mais de três décadas, não conseguiu, não soube ou não quis, fazer a reestruturação que se impunha, depois de Abril de 74.

Também assim está o País social e economicamente. Mais de três décadas e muitos milhões da UE passados, não



Cerimónia na Junta de Freguesia das Lages, em 5 de Fevereiro de 2006

tem rumo próprio estrategicamente definido e só se arrasta penosamente na cauda do desenvolvimento Europeu, navegando à bolina dos subsídios e sendo ultrapassado constantemente até por aqueles que partiram mais tarde. Somos o País que menos cresceu comparativamente com os nossos parceiros Europeus. Somos o País da UE, onde há mais desigualdade social, onde o fosso entre os ricos e os pobres é mais acentuado. Estes são só alguns dos recordes negativos que batemos, e ainda não chegámos ao fim da linha!

Quando os senhores que nos (des)governam, muitas vezes com maiorias que conseguem à custa de campanhas políticas enganadoras e com base nas quais adquirem uma arrogância despropositada e inadequada para o regime político a que dizem pertencer, nos querem impor restrições e sacrifícios, com o argumento que "lá fora é assim que se faz", era bom que também se lembrassem de dizer, que no que diz respeito à competência e

honestidade governativa, "lá fora" se faz de uma maneira bem mais diferente.

Se se exige aos militares e a todos os cidadãos que não são Governo, o cumprimento dos deveres e obrigações, também o Governo lhes tem que retribuir da mesma forma, com justiça e lealdade, com os direitos correspondentes. É certo que o País atravessa uma fase difícil e que é necessário fazer contenções e sacrifícios, mas de tal situação não temos qualquer tipo de responsabilidade ou culpa. Se no tempo das "vacas gordas" dos grandes subsídios vindos da UE, ficámos sempre para trás e nunca acompanhámos a onda de benesses e proventos, que outras classes ou grupos sociais conseguiram, através das mais variadas formas de pressão ou reivindicações, também nos parece que não é justo e sério, que também agora sejamos chamados a apertar o cinto, como (alguns dos) os demais. Deveriam isso sim, ir bater à porta dos que antes engordaram, para que dessem agora a equivalente contribuição. →



31 de Janeiro - DIA NACIONAL DO SARGENTO

# Continuar a luta: que caminhos trilhar?

Uma unidade de combate vale pelo que valerem os homens que a guardam! Esta frase ilustra bem aquilo que considero útil realçar. De facto, por melhores e mais modernas que sejam as armas utilizadas, nenhuma delas dispensa o homem como factor determinante para a sua condução e utilização eficaz.

Ou seja, no combate bélico, como na vida, no combate pela melhoria das nossas condições sociais, o homem é sempre o Alfa e o Omega de toda acção, e esta determina a evolução histórica da humanidade, tanto em situações de tranquilidade e desenvolvimento, como em conjunturas mais difíceis e adversas. O homem está sempre no centro da história e é o principal agente de mudança, mesmo que disso não tenha consciência.

Por isso, falar da continuação e desenvolvimento da luta associativa, pela Dignificação sócio-profissional dos Sargentos de Portugal, dos militares de um modo geral e da Instituição Militar, bem como na defesa dos Direitos adquiridos inerentes à Condição Militar, é também falar das diversas formas de acção e de intervenção que temos sabido criar, desenvolver e preservar ao longo de mais



de 30 anos de luta associativa e pré-associativa.

É também falar das possibilidades que a Lei Orgânica 3/2001, de 29 de Agosto, veio trazer à intervenção associativa sócio-profissional e nas ilusões que essas possibilidades podem criar na boa fé de muitos camaradas que vêem os anos passarem, as suas carreiras sem perspectivas, sem solução plausível à vista, agravadas pelas recentes medidas do Governo e sem qualquer "luz ao fundo túnel" para onde remeteram as Forças Armadas há 30 anos, e do qual a porta de saída com dignidade está cada vez mais difícil de vislumbrar.

Inevitavelmente, teremos também de falar dos outros intervenientes no processo: os nossos camaradas das associações de militares; o Governo e restantes Órgãos de Soberania; os nossos Chefes Militares; a Família Militar, da qual, como é óbvio, destaco o papel corajoso e abnegado das senhoras que fundaram e mantêm a Comissão Promotora dos Direitos de Cidadania dos Militares e às quais endereço o nosso sentido agradecimento pela sua iniciativa e acção.

(.....)  
A nossa luta e as formas de acção e intervenção de que dispomos fazem sentido e tornam-se úteis quando integradas numa estrutura associativa, no nosso caso, na nossa Associação Nacional de Sargentos. (.....)

Nesta perspectiva, questionar que caminhos trilhar é, inevitavelmente, questionar que ANS temos, que projecto associativo defendemos, que estrutura e organização necessitamos para dar resposta às múltiplas questões que a vida sócio-profissional nos coloca diariamente e aos anseios e aspirações dos Sargentos de Portugal.

Portanto, é necessário focarmo-nos na nossa associação. No que ela é hoje, na sua dinâmica associativa, nos seus méritos e nas suas fragilidades, naquilo em que se deve transformar para corresponder aquilo que os Sargentos esperam dela, afinal, de todos nós.

Em Março do ano passado, apresentámo-nos perante os sócios com um programa cujas linhas mestras e princípios enquadramos passo a salientar.

● Reconhecimento do papel de todos os que nos antecederam na condução dos destinos da ANS e do pessoal nas unidades. Dissemos então:

"Queremos, repetidamente tornar público o nosso grande apreço pelo trabalho, esforço, abnegação, engenho e entrega demonstrados por todos os que antes de nós conduziram os destinos desta nossa ANS, nos Órgãos Sociais e nas uni-

dades como Delegados e activistas do associativismo, cujo trabalho anónimo tem sido a base consistente em que tem assentado toda a acção e que são, em si, o associativismo real.

● Evidenciámos as linhas gerais da nossa acção:

O enorme prestígio que a nossa Associação soube granjear, ao longo destes anos, junto de todos os militares em geral e dos Sargentos em particular, é fruto de uma postura de entrega, dedicação e rigor, disciplinada e disciplinadora, pro-activa, coerente e corajosa, que contribuiu para a dignificação da Instituição Militar e de todos os Sargentos. Esta postura constitui a essência da Cultura ANS.

Conduziremos este novo ciclo da vida associativa da nossa ANS com um capital de confiança renovado que se funda nas melhores tradições de trabalho e acção onde radica a Cultura ANS. O es-

**"A nossa luta e as formas de acção e intervenção de que dispomos fazem sentido e tornam-se úteis quando integradas numa estrutura associativa, no nosso caso, na nossa Associação Nacional de Sargentos"**

pírito de trabalho, unidade e criatividade da lista A, sustentam a confiança e ânimo que nos impulsionam e que queremos propagar a todos os Sargentos.

● Assumimos um compromisso de acção que consistiu no seguinte:

(...) também nos anima a consciência e a vontade de contribuir para solucionar os problemas com que os sargentos continuam a debater-se: vencimentos desactualizados; carreiras congestionadas; funções e formação desvalorizadas; responsabilidade e autoridade diminuídas; recurso à flexibilidade e à polivalência para compensar uma desastrosa e irresponsável alteração do Serviço Efectivo Normal; um EMFAR que continua a discriminar os militares inter e intra ramos e classes; incumprimento de legislação vantajosa para os militares ou cumprimento lesivo dessas vantagens - caso do Suplemento de Residência, do EMFAR no que respeita à data do ingresso na categoria dos 2SAR recém promovidos, ao direito de transporte para e do serviço, ao direito a ajudas de custo e de deslocamento, de entre muitos exemplos que se poderiam citar.

E tem sido este conjunto de princípios e compromissos que nos tem norteado desde que assumimos os destinos da nossa ANS enquanto projecto associativo colectivo. E, como compreendereis, não tem sido nada fácil!

Desde Maio passado não passou um único dia sem que algum ou alguns de nós não tenhamos estado na frente de combate pelos direitos de cidadania, em Defesa da Condição Militar.

Este foi um dos períodos mais ricos e exigentes da nossa vida associativa. Pela diversidade das formas de luta que tivemos de adoptar, pela exigente e rigorosa atitude a todos os níveis que o combate em estreita unidade e cooperação com os nossos camaradas da AOFA e da APA exigiu, pela qualidade e quantidade de meios que o Governo utilizou para impor aquilo que, como já o prevíamos, constitui o mais violento ataque à Família Militar, pondo mesmo em perigo a

viabilidade do actual modelo de Forças Armadas, como a nossa Constituição as define e com as missões que lhes atribui.

Mas não obstante todo este intenso combate consecutivo durante meses, ou talvez por via dele e da justiça com que foi conduzido, devemos relevar os seguintes processos internos:

● Aderiram dezenas de camaradas como sócios, em particular jovens segundos sargentos.

● Encetámos e estamos a percorrer um processo interno de reorganização administrativa.

● Com alguma dificuldade, ultrapassada com o empenho e dedicação de alguns camaradas, estamos a reorganizar e estruturar as Comissões Permanentes de Ramo, processo para o qual apelamos a todos os camaradas que se envolvam, participando nas reuniões e no processo de decisão das questões relativas e específicas de cada ramo.

● Na actualização ou mesmo constituição da rede de delegados e da operacionalização dos núcleos regionais, sendo necessário que os camaradas se disponibilizem para serem delegados nas unidades onde ainda não existe nenhum ou para colaborar com os já estão no activo da trincheira.

● Vamos continuar a procurar caminhos a trilhar, para a resolução dos problemas que nos afectam há vários anos, em conjunto com as associações militares que nos têm acompanhado nesta jornada, e com todas as que, tendo objectivos e projectos de acção convergentes com os nossos o desejem. Estamos a trabalhar para, numa primeira fase, alargar esta nossa coligação de combate a outros Corpos Especiais das funções de Soberania e de Segurança.

● Estando os princípios da confiança e da garantia que geram a estabilidade postos em causa pela acção deste Governo, a possibilidade de encontrar novos aliados é um facto que devemos ter em conta, salvaguardando sempre a elevação e a dignidade da Instituição e da Família militares.

Estas são as tarefas principais em curso e sem as quais dificilmente alguma forma de acção é eficaz, por mais inovadora e poderosa que seja. No cerne do êxito de qualquer uma delas está e estará sempre o homem a quem os efeitos da acção se dirigem. Da sua unidade, da sua confiança na possibilidade de sucesso e de alcançar os objectivos a que colectivamente nos propomos.

A este propósito convém recordar que a efeméride que hoje comemoramos, o 115.º aniversário do 31 de Janeiro, se saldou no imediato por uma derrota. Mas a semente da sua luta germinou 19 anos mais tarde na implantação da República, da qual estamos a viver a terceira etapa.

A persistência, abnegação, determinação, resistência à adversidade, frontalidade e lealdade e força anímica são características exigidas aos militares e que constituem o nosso mais precioso capital de luta.

É por isso que convocando toda a nossa história e todo o nosso património de acção para iluminar o presente, havemos de vencer no futuro, em conjunto com todos os que quiserem ser nossos aliados e camaradas de trincheira.

Em UNIDADE, com CONFIANÇA havemos de prosseguir na senda da DIGNIFICAÇÃO da profissão de servir Portugal nas Forças Armadas, como Sargentos de Portugal!

→ Não é justo nem sério, querer fazer a reestruturação necessária na Organização Militar, começando por limitar direitos sociais na Componente Humana, sem que haja a mais pequena ideia do valor que isso representa na poupança daí resultante. Mais fácil, mais justo e de maior grandeza seria se tivessem optado pela Componente Material e Patrimonial em primeiro lugar, e só então, se tal não fosse suficiente, partirem para outra opção. Também peca pela falta de seriedade e transparência a maneira como a dita reestruturação se está a fazer, uma vez que não fazem parte na respectiva comissão todas as partes que logicamente deveriam estar envolvidas, para que fosse encontrada uma solução final mais adequada, credível, transparente e consensual. Também nos recursos financeiros que o Poder Político põe à disposição da Instituição Militar, não tem havido por parte da tutela, uma aplicação racional e diversificada dos mesmos, dando invariavelmente prioridade aos meios e recursos materiais, em detrimento dos meios humanos, quer na sua componente social, quer na componente profissional.

Por todos os factos e consequências apontados e outros que ficaram por enumerar, não podemos de forma alguma, dando o benefício da dúvida, de interpretar as medidas tomadas pelo Poder Político, como pouco cuidadas ou de precipitadas. Foram, isso sim, medidas objectivamente pensadas para enfraquecer, desacreditar e condicionar a Instituição Militar. Mas, para isso, terão que assumir clara e inequivocamente as suas responsabilidades e intenções, porque não contarão com o nosso consentimento e muito menos com a nossa colaboração.

Termino evocando o nosso lema:  
DESISTIR, NUNCA!

Manuel Caeiro ▲

David Pereira ▲



31 de Janeiro - DIA NACIONAL DO SARGENTO

## Reestruturação das FA

O reconhecimento da importância, do valor e da qualidade dos Sargentos de Portugal, consubstanciado num passado rico em exemplos de dedicação, devoção e sacrifícios pela pátria, conjugadamente com a luta por nós desenvolvida, levou a que, após o 25 de Abril de 74, os sucessivos governos deste país elaborassem um vasto conjunto de diplomas no sentido da constituição de uma carreira e de uma estrutura profissional que dignificasse os Sargentos de Portugal.

São exemplos disso os diplomas que:

- em 1976 cria os postos de SCH e SMOR,

- em 1978 vincula em definitivo os Sargentos ao Quadro,

- em 1989 publica a Lei de Bases 11/89, que institui o Estatuto da Condição Militar, e o DL 184/89, que estabelece os Corpos Especiais e os princípios do Novo Sistema Retributivo,

- em 1990 aprova o EMFAR, que reúne e integra toda uma série de legislação avulsa e concretiza os deveres e direitos, as funções, e a carreira militar, implementando o Diploma de Encarte.

É ainda o EMFAR, aprovado por Aníbal Cavaco Silva, primeiro-ministro a essa data, que concretiza os especiais direitos na carreira, previstos no Estatuto da Condição Militar.

A aplicação prática da legislação, entretanto publicada, no âmbito estatutário e do sistema retributivo, veio revelar uma série de lacunas, imprecisões e injustiças, que foram sendo sucessivamente corrigidas, na maioria das vezes, por força da luta que nós Sargentos, constituídos em Associação, temos travado.

Apesar de todos os nossos esforços, ainda subsiste o problema do desenvolvimento das nossas carreiras. A ANS tem-se empenhado na sua resolução, apresentando aos vários órgãos de soberania propostas válidas, com vista a criar mecanismos de fluidez e justiça no desenvolvimento das carreiras e na melhoria da formação, nomeadamente:

- A alteração/definição de tempos mínimos e máximos de permanência nos postos,

- A criação de uma Escola de Formação de Sargentos das Forças Armadas, que desse a todos os Sargentos a mesma formação base e os colocasse em pé de igualdade em termos de progressão na carreira.

Mas, quando todos esperávamos que finalmente o Governo manifestasse alguma vontade para resolver todos estes problemas, eis que nos surpreende com um pacote de iniciativas legislativas que passaram pela perda de direitos adquiridos inerentes à Condição Militar, nomeadamente em termos da Reserva, da Reforma e das ADM, e se propõe agora a mais uma reestruturação das FA que passa pelo encerramento de Unidades com a consequente redução de QO e de vagas, e pela remodelação de carreiras.

E quanto a esta remodelação das carreiras importa atentar no trabalho da Comissão presidida pelo Prof. Luís Fábria, nomeada a 11 de Outubro de 2005 pelo Governo, com base na Resolução do Conselho de Minis-



tros n.º 109/2005, de 30 de Junho, para estudar um novo sistema de Carreiras e Remunerações da Função Pública, sem albergar qualquer representante legal dos agentes e servidores do Estado, como seria justo e legítimo esperar, reuniu com as estruturas sindicais da Administração Pública e anunciou as suas conclusões preliminares.

Em traços gerais as ideias transmitidas àquelas organizações causam-nos grande apreensão, dado estarmos a lidar com um Governo que tende a tratar de forma igual aquilo que é diferente, no que respeita a direitos adquiridos, e faz tábua rasa de tudo o que foi conquistado e reconhecido até agora. Essas preocupações residem nas conclusões daquela Comissão, onde se realçam os seguintes vectores estruturantes e doutrinares:

### Vínculos à Função Pública

"Nada na lei ou na Constituição impedirá o Governo de alterar os vínculos dos trabalhadores que estão nos quadros; por isso, a primeira grande medida passará por acabar com o vínculo de emprego público de todos os trabalhadores; o novo sistema será «híbrido», um terceiro género, que terá os deveres do emprego público e os direitos do emprego privado (código do trabalho); passará a haver a possibilidade de fazer cessar a relação de trabalho/emprego através de despedimento ou de indemnização."

### Quanto a Carreiras

"Acabarão todos os Corpos Especiais; acabará o regime de carreira e passará ao regime de posto de trabalho para todos os trabalhadores, excepto técnicos e técnicos superiores; da actual carreira técnico-profissional para baixo, passará a haver uma categoria única; não se justifica a avaliação do desempenho para estes «postos de trabalho». É uma perda de tempo e de dinheiro. A diferenciação será, eventualmente, feita através de diuturnidade."

### Quanto a Remunerações

"Não se justifica que o Estado pague tanto aos seus funcionários quando no mercado de trabalho há mão-de-obra disponível muito mais barata; por exemplo, não se justifica

que o Estado pague mais de 725 euros aos seus técnicos superiores, quando existem muitos licenciados disponíveis por esse preço; em contrapartida, o Estado não tem hoje técnicos altamente qualificados. É preciso ir ao mercado de trabalho buscá-los e pagar-lhes pelo valor que eles tenham nas empresas. Serão estes que conduzirão a mudança de paradigma. Se for preciso, nada impedirá que se lhes pague o que eles peçam; no que respeita à remuneração variável, dependente da avaliação de mérito, que poderá ser de 5% num cenário minimalista e num cenário maximalista poderá ir aos 40%."

É claro que, imbuídos de bom espírito e de coração aberto, muitos de nós dirão que isto são só conclusões da "Comissão Luís Fábria", que as decisões do Governo serão outras. Claro!!

Mas, também é claro que poderão ter este enquadramento, tal como foi feito com as conclusões da "Comissão Constâncio" de má memória. Começamos a assistir à criação do clima conducente à aplicação destas medidas - atentemos no que o Dr. Miguel Cadilhe já começou a dizer sobre esta matéria.

Em qualquer caso, a responsabilidade política do trabalho, da sua orientação e, por conseguinte, das suas conclusões é do Governo.

Espera-nos um ano 2006 sombrio, cabe a nós iluminá-lo. Como os Sargentos de Portugal sabem há muitos anos, o destino dos homens e das organizações também é aquilo que eles souberem construir em Unidade, com Dignidade e Confiança.

É evocando um momento em que militares valorosos, Sargentos das guarnições do Porto, souberam interpretar os anseios do Povo, que renovamos a nossa confiança de que sabermos prosseguir, com a mesma coragem, convicção e determinação daqueles cuja memória evocamos.

A luta pela defesa das nossas famílias, da nossa dignidade sócio-profissional e da Instituição Militar que servimos com denodo, continua, e saberemos sempre enfrentá-la com firmeza, determinação e confiança na nossa força e num futuro melhor.

## Consagrar o 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento

Estamos a comemorar o 115.º aniversário da histórica revolta republicana, que eclodiu no Porto, em 1891.

Mau grado o desaire da revolta, o movimento republicano no Porto não recrudescceu. Este movimento inseriu-se numa onda de indignação social patenteada na organização de greves a que aderiram milhares de portuenses. O Ultimato inglês acentuou o descontentamento generalizado e o sentimento patriótico de muitos portugueses. Com este sentimento surgiu o desejo de mudar de sistema político.

A crise governativa que se viveu no período exaltou os ânimos dos militares da guarnição do Porto, que a 31 de Janeiro de 1891, promoveram a primeira revolução republicana. Porém, os militares acabaram por capitular, mas não as ideias que os moveram.

As consequências históricas do acontecido naquela data transformaram aquele dia no Porto numa referência nacional.

### A liberdade conquista-se!

Esta revolta, falhada, abriu as portas para 1910 e para a República.

Os sargentos tiveram uma grande importância na revolta de 31 de Janeiro de 1891. Entre os 22 condenados em Conselho de Guerra, 14 eram sargentos. Os sargentos Abílio, Galho e Rocha, ocupam um lugar de relevo entre os heróis da revolta republicana do Porto. Daí que para os Sargentos portugueses, o 31 de Janeiro seja uma data com especial significado.

Aquele conjunto de lutadores anónimos ou conhecidos, civis ou militares, procurava simplesmente um País mais humano.

Desde há vários anos, particularmente desde as comemorações do centenário do 31 de Janeiro que foi assinalado com uma sessão solene no Plenário da Assembleia da República, que a Associação Nacional de Sargentos tem apelado à Assembleia da República para que delibere consagrar o 31 de Janeiro como Dia Nacional de Sargento.

Para nós, a consagração desse Dia Nacional faz todo o sentido.

Os sargentos de Portugal desempenham um papel deveras importante no funcionamento das nossas Forças Armadas e cumprem o respectivo dever para com o País com honra e com um empenho que só por distração não é reconhecido.

A dignificação do estatuto dos sargentos, esclarecida e justamente exigida por nós, não se esgota através de iniciativas simbólicas como esta a que aludimos. Contudo, o reconhecimento institucional do Dia Nacional do Sargento, para além de exprimir o reconhecimento do Estado Português em relação a esta categoria militar, abre também uma oportunidade para que, anualmente, seja confirmada uma data especialmente dedicada à reflexão a ao debate sobre a condição dos sargentos e a sua dignificação.

Ontem como hoje, quem não luta já perdeu!

Diniz Fonseca ▲



## Actividade ASSOCIATIVA

Neste atribulado final de ano de 2005 e não menos acidentado início de 2006 foram muitas as actividades que exigiram a presença dos dirigentes da ANS. Para além daquelas aqui referidas muitas mais se verificaram, como por exemplo, reuniões de Direcção, reuniões de Secretariado, reuniões de Comissões Permanentes dos Ramos, reuniões com diversos parceiros ou com associados, numa permanente e exigente actividade.

09 Dez – Delegação da ANS presente nas galerias da A.R. por ocasião da discussão parlamentar sobre as medidas implementadas pelo Governo através dos DL 166 e 167 de 2005;

12 Dez – Reunião na sede da APA entre as associações profissionais de militares (ANS, AOFA e APA) e representantes da Coordenadora das Forças de Segurança;

13 Dez – Reunião de militares e familiares na Casa do Alentejo e apresentação pública da "Carta dos Militares ao Povo Português";

14 Dez – Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da ASPP. ANS representada por Álvaro Martins;

15 Dez – Almoço com Sargentos do Regimento de Transmissões. Delegação da ANS composta por Lima Coelho, David Pereira e Freitas Júnior;

22 Dez – Audiência concedida pelo Almirante CEMGFA aos presidentes das ANS, AOFA e APA;

– Primeira participação, com estatuto de observadores, na 6.ª reunião do Grupo de Trabalho das ADM's (GT/ADM). ANS representada por Lima Coelho;

26 Dez – Reunião das direcções das ANS, AOFA e APA na sede da AOFA;

04 Jan – Audiência das associações profissionais de militares (ASMIR, ANS, AOFA e APA), em simultâneo, na Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República. As associações estavam representadas pelos respectivos presidentes;

12 Jan – Segunda participação, na 7.ª reunião do GT/ADM. ANS representada por David Pereira;

16 Jan – Reunião, na sede da AOFA, entre as associações profissionais de militares e associações e sindicatos das forças de segurança;

20 Jan – Audiência concedida pelo General CEME. Delegação da ANS constituída por Lima Coelho, José Pereira, Ernesto Martinho e José Castro;

24 Jan – Audiência concedida pelo Almirante CEMGFA. Delegação da ANS constituída por Lima Coelho e David Pereira;

– Reunião com a Direcção da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. ANS representada por Lima Coelho e David Pereira;

26 Jan – Terceira participação na 8.ª reunião do GT/ADM. ANS representada por Lima Coelho;

27 Jan – Comemorações do 31 de Janeiro no Funchal, Madeira. ANS representada por Lima Coelho e João Santos;

28 Jan – Assembleia-Geral Extraordinária e Comemorações do 31 de Janeiro na Voz do Operário, em Lisboa;

31 Jan – Comemorações do 31 de Janeiro em diversas localidades:

Espinho – ANS representada por Lima Coelho e Ernesto Martinho;

Porto – ANS representada por Lima Coelho, Ernesto Martinho e José Leitão;

Évora – ANS representada por Carlos Santos e Álvaro Martins;

Castelo Branco – ANS representada por Carlos Santos e Álvaro Martins;

Lamego – ANS representada por David Pereira e José Gonçalves;

Chaves – ANS representada por Luís Bugalhão e Freitas Júnior;

Lisboa (Messe de Sargentos) – ANS representada por Jorge Reis, Samuel Reis e Augusto Tomás;

Ponta Delgada, Açores – ANS representada por Mário Rocha e Domingos Eugénia;

01 Feb – Comemorações do 31 de Janeiro em Leiria/Monte Real. ANS representada por Lima Coelho, Ernesto Martinho e Ricardo Castanheira;

– Comemorações do 31 de Janeiro em Beja. ANS representada por David Pereira e José Gonçalves;

02 Feb – Momento de pesar e consolação. Participação nas exéquias fúnebres da mãe do nosso camarada José Pereira.

– Comemorações do 31 de Janeiro na área do Entroncamento. ANS representada por Dinis Fonseca, Lima Coelho, David Pereira, Luís Bugalhão, Ernesto Martinho e José Condoso;

03 Feb – Comemorações do 31 de Janeiro em Viseu. ANS representada por David Pereira e Ernesto Martinho;

04 Feb – Comemorações do 31 de Janeiro em Tavira. ANS representada por Isidoro Teodoro e Álvaro Martins;

– Comemorações do 31 de Janeiro em

Ponta Delgada, Açores. ANS representada por Lima Coelho, Mário Rocha e Domingos Eugénia;

05 Feb – Comemorações do 31 de Janeiro nas Lajes, Terceira, Açores. ANS representada por Lima Coelho;

06 Feb – Reunião no JHQ-Oeiras com o Oficial do Protocolo, Major Ioannis Cheimarios, do Exército Grego. ANS representada por Lima Coelho e Ernesto Martinho;

– Reunião das Direcções das ANS, AOFA e APA na sede da AOFA;

07 Feb – Encerramento das comemorações do 31 de Janeiro, em Foia, na Serra de Monchique. ANS representada por Lima Coelho e Álvaro Martins;

11 Feb – Peça de teatro de revista, na Academia de Santo Amaro;

16 Feb – Quarta participação na 9.ª reunião do GT/ADM. ANS representada por Lima Coelho;

18 Feb – Colóquio realizado pela AOFA, no CAS-Oeiras, sob o tema "Assistência na Doença aos Militares". ANS representada por Lima Coelho e Carlos Gervásio;

21 Feb – Reunião com a AMOCASFA, na nossa sede e a solicitação desta associação. ANS representada por Lima Coelho e Álvaro Martins;

22 Feb – Cerimónia do 31.º aniversário do CSA – Clube do Sargento da Armada. ANS representada por Lima Coelho, José Pereira e Paulo Leonardo;

23 Feb – Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da APA, na FIL. ANS representada por Lima Coelho;

23 Feb – Tertúlia organizada pela AOFA, no CAS-Lisboa, sob o tema "Reestruturação das Forças Armadas". ANS representada por Lima Coelho;

01 Mar – Reunião de Delegados da área do Entroncamento, na Vila Nova da Barquinha. Delegação da ANS composta por Lima Coelho, David Pereira e José Pereira;

02 Mar – Cerimónia de Despedida das Forças Armadas a S.Ex.º o Presidente da República, na Academia Militar;

02 Mar – Tomada de Posse dos Órgãos Sociais do Clube de Praças da Armada;

07 Mar – Reunião com Sargentos nas situações de Reserva e Reforma, na Delegação n.º 1 do CSA, no Feijó;

08 Mar – Cerimónia do 6.º aniversário da APA, no Cais da Rocha, em Alcântara. ANS representada por Lima Coelho e Álvaro Martins. ▲

## Assembleia Geral aprovou propostas

Decorreu, no passado dia 28 de Janeiro, no salão da Voz do Operário, em Lisboa, conforme convocatória publicada no número 61 do jornal "O Sargento", uma Assembleia-Geral Extraordinária da Associação Nacional de Sargentos, que antecedeu a cerimónia comemorativa do 115.º aniversário da Revolta do 31 de Janeiro de 1891.

Da Ordem de Trabalhos desta Assembleia-Geral constavam, como ponto um, conferir mandato à Direcção para praticar os actos necessários à compra do 1.º andar do edifício da sede social, e como ponto dois, discussão e votação de uma proposta de aumento de quotas.

Esta situação decorreu da proposta apresentada pelo proprietário do imóvel que, pelo seu teor, seria lesiva dos interesses da massa associativa não a aceitar. Para tanto seria necessário ponderar uma série de factores, tendo sempre como referência e principal objectivo a salvaguarda da actividade associativa. Assim procedeu a direcção da ANS.

Uma vez que há cerca de quatro anos não se efectua qualquer actualização do valor da quota associativa, e para permitir responder ao desafio de aquisição do primeiro andar do edifício da sede social, foi ponderada pela direcção da ANS a apresentação de uma proposta de aumento de vinte e cinco céntimos mensais, ou seja, passar dos actuais 2,75 € por mês para o valor de 3,00 € por mês, o que significa um valor semestral de 18,00 € e anual de 36,00 €.

Com este pequeno aumento, aliado ao contínuo crescer de número de sócios e ao desafio lançado aos sócios, no sentido de que cada sócio faça um novo sócio, sem recorrer a qualquer forma de endividamento bancário torna-se possível responder ao compromisso de aquisição do imóvel, por 57.000,00 € que serão pagos ao longo de dez anos, sem juros, em duas tranches anuais de 2850,00 € cada uma, coincidentes com os meses em que são cobradas as quotas da associação.

Cabe referir que ambos os pontos da ordem de trabalhos, quando postos à discussão não suscitaram quaisquer dúvidas ou intervenções e quando postos à votação não mereceram qualquer abstenção ou voto contra. Aquelas centenas de sócios presentes no salão da Voz do Operário votaram ambas as propostas por unanimidade e aclamação dando uma prova de confiança no trabalho que a Direcção está a levar a efeito.

Entretanto, na continuação do trabalho de actualização de ficheiros e das diversas bases de dados, bem como de outros trabalhos de reorganização interna que a Associação vem vivendo no último ano, será brevemente enviada a todos os sócios uma remessa postal, contendo diversas informações sobre o necessário preenchimento de uma nova ficha de sócio com vista ao estabelecimento de um método de débitos directos, e as explicações necessárias ao entendimento das melhorias administrativas a operar no seio da nossa Associação. Todo este trabalho se tem desenvolvido a par da intensa actividade de combate contra os ataques à condição militar e da defesa dos interesses dos associados e dos militares em geral. ▲

## A triste sina do Fundo de Pensões

A recente publicação do DL n.º 12/2006, de 20 de Janeiro, (mais uma vez as normas comunitárias que nos agridem os direitos adquiridos são transcritas e respeitadas, mas aquelas que nos favorecem, como as respeitantes ao associativismo, ou não são transcritas ou são esquecidas no arquivo morto!) que estabelece o enquadramento geral para os fundos de pensões trouxe de novo à actualidade as preocupações que, desde 2002, temos vindo a denunciar relativamente ao Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (FPMFA).

A situação daquele fundo é de falência técnica desde Abril de 2002 de acordo com a informação dada, nessa altura, pelo então secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Dr. Henrique de Freitas.

Esta gravíssima situação deve-se fundamentalmente a duas razões. Por um lado, ao uso indevido pelos vários Governos, começando pelo do Prof. Cavaco Silva em 1992, que fez pesar sobre o Fundo os complementos de pensão de reforma relativos aos militares abrangidos pelo período transitório de implementação do EMFAR, quando tal deveria ter sido resolvido pelo Orçamento do Estado. Por outro, os vários Governos não têm procedido à capitalização do FPMFA conforme responsabilidade que decorre da lei. Acrescente-se, ainda, a não inclusão de representantes dos militares na Comissão de Acompanhamento e nem sequer prestam aos subscritores qualquer tipo de informação que estes têm solicitado –

sabemos que a entidade gestora foi obrigada pelo tribunal a prestar informações detalhadas a um subscritor que recorreu judicialmente.

Quando o FPMFA surgiu em 1990, como "amortecedor" para o agravamento das condições de transição para a Reforma, era tudo apresentado com cores radiosas e brilhantes. O MDN, ao tempo o Dr. Fernando Nogueira, produziu desdobráveis em que até a taxa mais favorável de IRS (que entretanto desapareceu: a volatilidade das leis é uma triste realidade no nosso País, que fere os princípios da certeza e da garantia jurídica que geram a confiança e a estabilidade necessária ao desenvolvimento!) era esgrimida, dizíamos, como argumento para tornar apetecível a reforma.

Hoje, os tempos são outros, a nova legislação (DL n.º 12/2006) traz consigo algo que já temíamos há muito tempo. O n.º 2 do seu artigo 23.º não contempla a possibilidade do Estado se constituir como "associado" de um fundo de pensões, o que, por si só, pode determinar que o FPMFA não consiga subsistir.

Numa altura em que a degradação das condições de aposentação dos militares se acentua, um Fundo de Pensões saudável podia ser uma solução para a manutenção da dignidade que, mesmo na reforma, não devia ser subtraída ao Estatuto da Condição Militar inerente aos militares até à morte. ▲

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS  
CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 1 do art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Barão de Sabrosa, n.º 57-2.º, em Lisboa, no dia **4 de Abril de 2006**, pelas 19.00 horas, com a seguinte

## ORDEM DE TRABALHOS:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 2005.
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o ano de 2006.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 10 de Maio de 2006

O Presidente da Assembleia Geral  
Dinis Manuel Vitória da Fonseca



Tribuna do LEITOR

## A nova barbárie

Contava-me à dias um camarada que o seu filho concluiu a licenciatura num curso superior, já tem quase 30 anos e ainda não conseguiu encontrar uma colocação para poder exercer uma profissão concordante com a sua formação. E dizia-me mais: que o problema não é exclusivo do seu filho, mas como ele, nas mesmas circunstâncias, há dezenas de milhar de jovens, e que, para cúmulo, esse número só é encurtado pelo elevado número de quadros superiores a trabalhar, aplicando os seus conhecimentos, noutros países, sem que Portugal, que lhes pagou a formação, beneficie com o investimento. Porquê?

A resposta e esta pergunta, radica no mesmo terreno onde medrou a erva daninha que conduziu o País a esta situação de pré-ruptura em várias áreas da vida nacional. Ao longo dos anos, em especial nestes últimos 30 anos, passo a passo, os chamados partidos do "arco do poder" têm conduzido o País no sentido do chamado neo-liberalismo, desmantelando o aparelho de Estado, privando-o dos instrumentos económicos estratégicos, que permitam a captação da riqueza suficiente para poder suportar os encargos advindos do quadro Constitucional e Legal de Direitos.

Todo este caminho foi percorrido com a promessa de que aquele caminho era melhor do que o outro, iniciado no 25 de Abril de 1974 e consignado na Constituição da República Portuguesa. Sempre que, afinal, os resultados eram inversos ao que fora prometido, a desculpa foi, umas vezes devido aos excessos do 25 de Abril, outras à "crise" (quando Marcelo Caetano, de má memória, em Fevereiro de 1974 dizia que "...o tempo das vacas gordas já terminou!" – todos nos interrogámos onde foram esses tempos, pois não os sentimos), outras porque, se por "...cá isto está mau, nos outros lados (...) ainda está pior!", e, outras ainda, porque "...a culpa é de todos nós, todos temos culpa desta situação!", sendo esta a melhor forma de os verdadeiros responsáveis saírem incólumes como se nada tivessem feito de mal, hibernando num qualquer Conselho de Administração até à nomeação para nova pasta, devidamente branqueado como se voltasse aureolado de pureza angelical.

Mas, voltando ao assunto inicial, outro amigo contou-me que o filho tinha sido convocado para uma entrevista numa empresa imobiliária, na perspectiva de obter um emprego como vendedor. Para além das perguntas mais ou menos humilhantes e outras invadindo o foro privado, como saber as tendências políticas do candidato, o jovem (já com quase 30 anos, sem ter tido um emprego onde pudesse constituir o tal currículo, que todos lhe pedem) ficou a saber que teria de adquirir as placas de anúncio às suas custas, que teria de utilizar o seu veículo e seria bem visto se autorizasse a colocação de autocolante da empresa, que receberia uma percentagem de cada andar que vendesse e essa seria a única paga para o seu esforço. Ou seja: as despesas correriam por sua conta e só receberia qualquer compensação se e quando vendesse algum andar. Bom negócio para a empresa!

Sem querer acreditar que tal fosse possível, esclareceram-me que, neste momento, há umas dezenas de milhar de jovens a pagar, eles ou os seus pais, para trabalharem nalgumas das empresas da nossa praça, muitas cotadas na Bolsa e cujos respectivos donos lamuriam publicamente com a falta de produtividade e que é preciso degradar ainda mais as condições retributivas de todos os trabalhadores.

Estes jovens estão numa situação mais degradada do que a condição de escravos. Aqueles, os amos tinham de alimentar e cuidar da saúde, pelo menos o suficiente para conseguirem continuar a trabalhar com rendimento. Por outro lado, como bem com valor comercial era importante mantê-los saudáveis para que o seu valor não se degradasse.

É por isso, que considero termos regredido, não ao tempo da escravatura, mas sim aos tempos da Barbárie, da Lei do mais forte. Hoje o poder económico, as grandes empresas e grupos de empresas, utilizam o poder político, arremedo da democracia participativa, como arma de sujeição dos povos.

E tudo isto, quando acabei de ouvir pela enésima vez o cidadão José S. C. Pinto de Sousa, investido no cargo de primeiro-ministro, prometer, num discurso de cerimónia laudatória, estar a criar as condições para um milhão de trabalhadores adquirirem o 12.º ano. Então, e sem colocar em causa o mérito da intenção, aflorou-se-me a questão:

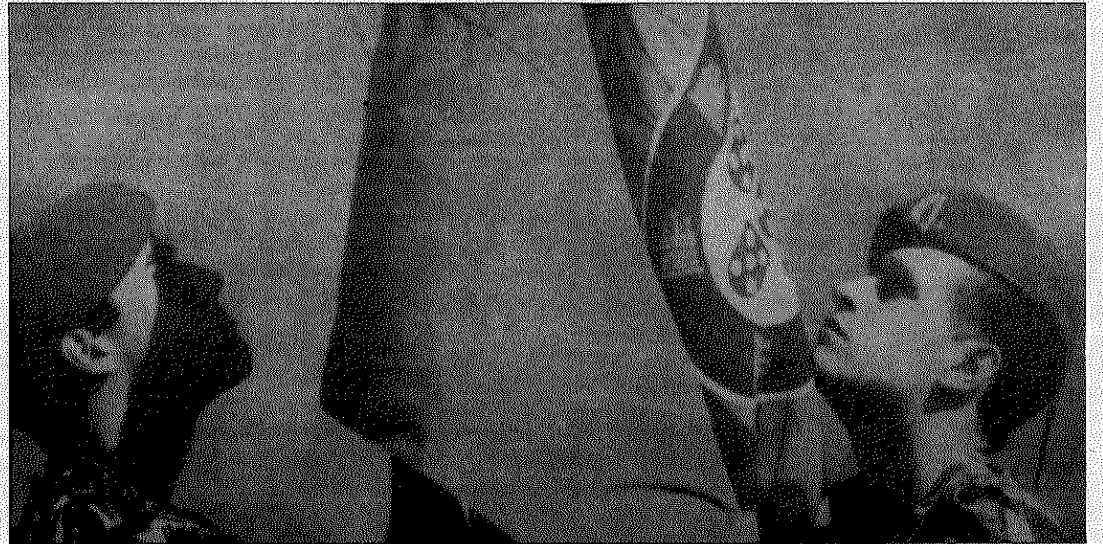
E emprego para aqueles que já estão formados, com os mais variados níveis académicos e profissionais?

Alfredo Correia  
SCH TEA Ref

(nesta situação já não devo ficar na situação inadmissível em que se encontrou o MAJ GEN PILAV (Res) Silvestre dos Santos. Pela sua coragem e lucidez a minha mais profunda solidariedade!) ▲

## Uma pequena reflexão sobre O VALOR DA SAUDAÇÃO MILITAR

O artigo que se apresenta resulta de extractos de um texto com o título acima, escrito pelo delegado da ANS na EPAM – Escola Prática de Administração Militar, Póvoa do Varzim, que pela importância e oportunidade da matéria tratada julgamos por bem partilhar com todos os leitores do jornal "O Sargento". Os extractos são da responsabilidade da Direcção deste jornal, após autorização do autor.



Em pleno Século XXI, onde alguns valores tendem a confundir-se, perdendo todo o sentido original, urge fazer uma pequena reflexão sobre um pequeno gesto instituído no seio militar, cuja importância é tal que pode abalar um dos pilares que sustentam a instituição militar, que é a disciplina.

Fala-se então de um gesto que simboliza o cumprimento, o respeito hierárquico, ou seja, uma honra e não submissão, sendo ele a saudação militar.

Muitos não sabem fazer continência e outros não sabem recebê-la e retribuí-la.

(.....)

A não compreensão deste gesto leva a mal entendidos, sendo necessário então recuar no tempo até à sua origem para assim verificar que ela não constitui aquilo que alguns cuidam que é, ou seja, um sinal de submissão, dando-se assim um passo para compreender que tal gesto pode-se considerar uma honra.

(.....)

**Fraternidade – Cortesia – Fidelidade**

(.....)

Entre graduados e soldados, a continência é tudo excepto um sinal de servilismo. O regulamento Francês anterior a 1914 dizia, com felicidade:

"O oficial e o soldado trocam continências. Simplesmente, o soldado precede, no seu gesto o oficial. Fá-lo, porém, por pura cortesia".

A continência lembra a missão e o ideal comuns, o juramento que os liga, um e outro, à bandeira sob a qual servem. Saudando, o soldado faz lembrar ao graduado que o objectivo de ambos é comum, assim como o graduado lembra ao soldado ao retribuir, que o ideal de ambos é igual, idêntico. Saudando-se em todos os locais, eles pretendem, aos olhos de todos, testemunhar a perenidade dos seus esforços conjugados, e da FIDELIDADE que guardam ao juramento que os uniu, um e outro, num esforço comum. Longe de marcar a sua dependência, o soldado dá, antes, uma prova orgulhosa da importância que ele sabe que tem na cooperação para a obra à qual ambos se devotaram. A continência, vista sob este ângulo, o único justo, torna-se uma prova de confiança, de testemunho da certeza que os graduados e soldados se dão e de poderem, em todas as circunstâncias, contar uns com os outros.

Eis-nos aqui, pois, bem longe das acanhadas e erradas concepções que são as de numerosos oficiais, sargentos e soldados da nossa época. Isto porque alguns graduados tomam a saudação militar como um direito assumido de subserviência e servilismo, e os soldados como uma obrigação e humilhação para com os superiores.

(.....)

A continência deriva da camaradagem militar, da FRATERNIDADE das armas. É um sinal de coesão,

de união, e quem diz união diz confiança. (.....)

Na sua concepção, a continência moderna pode ser estritamente ligada aos gestos seculares de que provém:

FRATERNIDADE entre dois homens que se devotam a um ideal comum;

CORTESIA engendrada por um respeito mútuo;

FIDELIDADE ao juramento que os liga e à discipli-

na que aceitam. (.....)

A continência é, sabe-se exigida em toda a parte. Só raramente é fundamentada: o que explica quanto, por toda a parte, é desconhecida e tantas vezes mal aplicada, e quanto também se torna necessário volver agora às origens, a fim de lhe devolver, com o seu sentido profundo, o valor que nunca deveria ter perdido.

O Regulamento de Continências e Honras Militares refere, no seu artigo 1.º, que a continência constitui a forma tradicional de saudação e de reconhecimento entre militares, sendo os militares hierarquicamente inferiores a saudar primeiro.

Refere ainda que todos os militares devem estar sempre prontos a prestar continência ou a retribuí-la, de acordo com as normas expressas no regulamento referido.

O artigo 6.º refere que o superior tem por obrigação corresponder à continência ou ao cumprimento que lhe for feito, excepto quando estiver em formatura que não comande.

Ou seja, o Regulamento refere-se à forma de fazer continência, quem tem direito à mesma, deixando omissos o simbolismo e o que ela representa.

(.....)

A continência deve ser apresentada sob o seu verdadeiro aspecto, lutando-se contra a ideia do domínio e do servilismo, a que infelizmente está ligada.

Insista-se no facto de não acarretar condição alguma de subordinação para aquele que primeiro saúda, e que o soldado outra coisa não faz, nos termos do velho regulamento francês, do que antecipar-se, por CORTESIA, ao gesto do graduado – que também não ficará diminuído, se antecipar o soldado.

Deverá sublinhar-se a noção de FIDELIDADE que a continência implica, lembrando que ela traduz o juramento que une graduados e soldados à Bandeira sob a qual servem.

Salientar-se, por fim, o elemento FRATERNIDADE, e o que ele significa de paz, de amizade.

Raras vezes um gesto será tão carregado de sentimentos valiosos como a continência. Raras vezes, também, terá sido assim desconhecido, deformado.

É tempo de devolver a sua primitiva riqueza, da qual, por vezes, até nos mais modestos escalões, se encontra com felicidade, o obscuro pressentimento.

É neste caminho que seguramente se irá consolidar o espírito de corpo, o garbo militar, e transformar o gesto de fazer a continência não numa obrigação, mas sim num motivo de orgulho em fazer parte da Instituição Militar, lembrar os ideais comuns e honrar a bandeira sob a qual se serve.

1SAR Paulo Jorge Lopes Mendes  
(in Revista de Administração Militar,  
Abril/Junho 2005) ▲



## Passagem compulsiva à situação de reserva tem solução legal!

Tal como a ANS tinha avisado, ainda em 1999 e 2000, mesmo após a revisão do RAMME, continua a verificar-se anualmente a possibilidade de uma sangria compulsiva de excelentes camaradas que se vêm afastados da carreira militar devido ao artigo 189.º do EMFAR, Exclusão da Promoção na sua alínea c), prever que aquele que seja ultrapassado duas ou mais vezes no período de "Quatro anos, seguidos ou interpolados, no caso de primeiro-tenente ou capitão e sargento-ajudante". Como se verifica, qualquer camarada que fique nesta situação passa compulsivamente à situação de reserva sem apelo nem agravo.

É para obstar a que tal injustiça prossiga que a ANS vem colocando aos Grupos Parlamentares, à Comissão de Defesa Nacional, aos ministros da tutela, aos Chefes Militares a seguinte proposta incluída no Memorando que sempre entrega com as nossas propostas:

"Propomos que o Art.º 189.º do EMFAR - 'Exclusão da Promoção', seja anulado.

Justificação para a proposta de anulação:

● Presume-se que este preceito tem em vista alcançar dois objectivos:

- Garantir que aos postos cimeiros ascendam os militares que melhor prestação e garantias deem à Instituição Militar;

- Que os quadros especiais possuam um mecanismo extra que permita acelerar o seu rejuvenescimento, e subsidiariamente adquiram alguma fluidez.

● Se assim é, este não é seguramente o melhor método para se atingir os objectivos em vista;

● Antes pelo contrário, potenciará situações de ainda maior injustiça, afastará do serviço da Instituição Militar bons e dedicados profissionais e não garante que aos postos cimeiros ascendam os melhores de entre os candidatos;

● Prevê-se que no final do corrente ano, só da Arma de Infantaria possam passar compulsivamente à situação reserva quase duas dezenas de camaradas. De notar que neste quadro um sargento ultrapassou 147."

Antes da revisão do RAMME o mecanismo que provocava esta sangria prendia-se com a forma de cálculo das médias de avaliação que

atribuía um peso excessivo às condecorações e louvores obtidos ao longo da carreira. Feita a revisão do RAMME que veio alterar a fórmula de cálculo dando ênfase à antiguidade e à nota do CFS, vem agora a ser esse o motivo de discriminação e a fonte de injustiça.

De facto, a antiguidade e a nota de curso serão dois bons critérios se devidamente enquadrados, mas para já, com cursos de antiguidade tão próxima, coloca em causa o mecanismo e sugere duas questões a merecer reflexão e estudo.

**Primeiro:** como é que se pode estar a fazer a comparação de notas entre cursos diferentes, com docentes e universos diferentes? Esta comparação é possível com um mínimo de prejuízos e de injustiça se for utilizada a nota estatística T e não a nota absoluta como está a ser feito. Para universos mínimos de 25 pessoas esta nota estatística revela-se útil e funcional e o único mecanismo que conhecemos capaz de responder com eficácia ao problema de comparar as notas de cursos diferentes.

**Segundo:** porque que motivo não utiliza o Exército o mesmo critério de ordenamento que os dois outros ramos usam? Vejamos o que diz o Artigo 184.º, Listas de promoção, no seu ponto 4: "As listas de promoção devem conter um número de militares não superior ao dobro das vagas previstas para o ano seguinte"; e o ponto 5: "Quando as vagas ocorridas num determinado posto excederem o número de militares constante da lista de promoção, é elaborada nova lista para esse posto, válida até ao fim do ano em curso".

Se a Marinha e a Força Aérea usam este mecanismo, apreciando só um número de militares não superior ao dobro das vagas previstas para o ano seguinte, evitando assim este grave problema, porque motivo o Exército, não acerta o passo por este critério, solucionando facilmente este grave problema que afecta Sargentos e Oficiais em número crescente?

São perguntas para as quais queremos ver respostas, porque queremos continuar a acreditar na boa fé dos nossos Chefes e Comandantes. Basta haver boa vontade. ▲

## ESPANHA

### SUBIDA DE 25% DE SALÁRIO PARA OS MILITARES



O Ministro da Defesa Espanhol José Bono, durante a conferência de imprensa

O Conselho de Ministros de Espanha aprovou um acordo em que autoriza medidas especiais para adequar as retribuições do pessoal das Forças Armadas. O Ministério da Defesa contará com 450 milhões de euros, que serão distribuídos de forma gradual durante os próximos três anos.

O ministro da Defesa, José Bono, comprometeu-se, no passado dia 1 de Agosto, a subir os salários dos militares, e assegurou que, se não conseguisse, abandonaria o cargo. Um dia depois, o presidente do Governo, José Luís Rodríguez Zapatero, prometeu uma subida salarial para os sargentos.

Bono, afirmou que o aumento das retribuições dos militares, aprovada pelo Governo, "faz justiça a um colectivo maltratado" e estima que os seus salários sejam incrementados com 25% nos próximos três anos.

O titular da Defesa, numa conferência de imprensa posterior ao Conselho de Ministros que aprovou o aumento salarial dos militares, sublinhou que o seu departamento disponibilizará uma parte especial para os próximos três anos. O Conselho de Ministros aprovou uma subida salarial para os membros das Forças Armadas que se supõe um incremento de 18,6% para o pessoal no activo e de 5,8% para o pessoal na reserva.

Segundo os cálculos do ministro, se se une o aumento aprovado agora, somado com os aumentos normais que contemplam os trabalhadores públicos, será de 25% durante este período.

Assegura que esta subida salarial beneficiará cerca de 134.823 profissionais das Forças Armadas, embora de maneira distinta segundo a sua categoria e de forma gradual nos próximos três anos. ▲

## ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

### Grupo Totta

Protocolo entre a ANS e o Grupo Totta — Totta, Crédito Predial e Santander — em vários produtos e serviços: Contas, Crédito Habitação, Crédito Pessoal, entre outros. Obtenha informações junto de qualquer balcão do Grupo Totta. ●

### Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda., para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas serão na modalidade de venda a dinheiro, com o desconto de 30%.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, dos escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

■ **Entroncamento**, Zona Industrial — Telef. 249 720 059

■ **Lagoa** (Algarve) — Rua Mouzinho de Albuquerque, 3

■ **Vila Nova de Gaia** — Rua Cons. Veloso da Cruz, 81. ●

### Caravanas

Protocolo com o Stand Monte Carlo, da Motril, Lda, para a venda de caravanas e autocaravanas, acessórios e material de reposição. Descontos a sócios da ANS de 4% em caravanas; 3% em autocaravanas; 10% em material de reposição; 10% em acessórios. Facilidades de pagamento até 60 meses.

OBS.: Os descontos são válidos fora de "Campanhas", "Promoções" ou "Feiras".

■ Sede e vendas: Rua Sacadura Cabral, 131 S. Pedro do Estoril - Tel: 214 671 765.

■ Exposição e vendas: Estrada Estoril/Sintra (junto ao Autódromo). ●

### Pneus, peças e acessórios

Protocolos da ANS com:

■ **GraciAuto**, para a venda de peças e acessórios para automóveis, nas seguintes condições: vendas a dinheiro, com desconto de 30%, excepto extras e material de origem.

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30 A  
Tel: 249 725 649.

Entroncamento ●

■ **Sulpneus**, com 20% de descontos na prestação de serviços (alinhamento de direcção, montagem de escapes, discos e amortecedores, focagem de faróis, equilibragem de rodas, pré-inspecção).

Rua Álvaro Ferreira Alves, 7 - Zona Industrial de Sta Marta do Pinhal - Corroios  
Tels.: 21 254 39 36 / 21 254 38 84 ●

### Combustíveis CEPESA

Protocolo com a CEPESA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de 0,03 € por litro de qualquer combustível é descontado directamente no acto do paga-

mento mediante a apresentação do cartão "Cepsa Team". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de 20% em lubrificantes, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPESA.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "Proposta de Adesão" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPESA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à ANS. ●

### Construção Civil

Protocolo entre a ANS e a empresa J. Gomes & Gomes, Lda, para: obras de construção e reparação, com descontos até 20%.

Contactos: 243 992 681 / 262 949 467 / 91 979 76 28 ●

### Medicina dentária

Protocolos com:

■ **Lubidente - Centro Médico e Dentário**, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia. Próteses dentárias e Ortodôncia.

Rua Prof. Noronha Feio, 12 A Queijas  
Tel. 214 160 672 / 919 469 529 ●

## Informa-te junto da ANS

■ **Clínica Dentária dr.ª Rosário Saramago**, com descontos de 15% nos tratamentos, a sócios e familiares.

Rua Proj. à Miguel Bombarda, 5 - loja 3 (junto ao Centro de Saúde)

Entroncamento  
Tel. 249 725 767 ●

### Aluguer de viaturas

Na **National** (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruírem deste protocolo devem contactar a secretaria da ANS para efectuarem o seu pedido.

Localização: Albufeira, Portimão, Faro, Monte Gordo, Lagos, Vilamoura, Porto, Lisboa, Cascais, Leiria, Castelo Branco, Braga, Évora, Ilhavo, Madeira e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal. ●

### Instrumentos musicais

Descontos na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas. Protocolo com a firma "O Acorde, Lda.", na Rua do Frágoso, 4, em Évora, que pratica um desconto em todas as marcas de instrumentos de sopro de 26% nas vendas a pronto a sócios da ANS. Esta firma tem uma loja virtual na internet:

www.portugal@shopping.pt/acorde onde os artigos expostos têm já um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 11% de desconto. ▲



## Resistir e lutar É O CAMINHO!

Não vão fáceis os tempos. O primeiro-ministro (PM) anunciou, em entrevista ao jornal Expresso, de 4 de Março, que o pior para os trabalhadores ainda está para vir.

Não nos deu novidade nenhuma!, afirma a ANS em comunicado, no qual acrescenta que, se fossemos nós a afirmá-lo, não faltariam aqueles que dissessem "lá estão eles a denegrir as boas intenções do Governo, ignorando a bondade das suas intenções".

Mas não! Só que, acrescenta a ANS, apesar de toda a nossa disponibilidade para cooperarmos institucional e formalmente na feitura da regulamentação da recente e gravosa legislação, continuamos a não ver

zos, para depois se demonstrar que o Estado é incompetente, que os seus funcionários, agentes e servidores são ineficientes e necessitam de uma chicotada.

É evidente que o anúncio feito pelo PM de que o pior está para vir, não tem o objectivo de alarmar os portugueses, tem, antes sim, o objectivo de os levar à resignação, de criar o sentimento de que não há outro caminho, afirma-se no comunicado.

É função das Associações fazerem o oposto e apontarem outros caminhos. Assim, a ANS afirma com convicção que há, tem de haver, outro caminho, no respeito e integral cumprimento da CRP, aquela que jurámos cumprir e fazer cumprir. Por isso não nos resignamos, não baixaremos os

### 19 de Abril Encontro Nacional de Sargentos na Reserva e na Reforma

A Direcção da ANS reuniu, no passado dia 7 de Março, na Delegação n.º 1 do CSA, com mais de 100 camaradas nas situações de Reserva e Reforma, onde foram debatidos os graves problemas que os afectam, nomeadamente as graves consequências da alteração às regras da assistência na doença e a continuada dívida crescente aos militares reformados.

Nessa reunião foi deliberado convocar um Encontro Nacional em Lisboa, para este universo de militares, para o próximo dia 19 de Abril, em local ainda a designar. Neste sentido estão a ser feitos esforços para que se realizem reuniões preparatórias deste Encontro Nacional, nas zonas do Barreiro, Entroncamento e Porto.

Não nos resignaremos, por isso, a ANS apela aos Sargentos de Portugal, para que, em torno da nossa Associação representativa, participem nestas iniciativas, contribuindo assim para a resolução dos seus problemas e dos de toda a Família Militar.

Como temos afirmado, existe um outro caminho, o caminho Constitucional, que queremos ajudar a percorrer, para bem de todos nós, das Forças Armadas e de Portugal! ▲

formalizada, como manda a Lei, a nossa integração nas respectivas Comissões e Grupos de Trabalho.

A continuação destas políticas neo-liberais e anti-sociais, levadas a cabo ao longo de 30 anos pelos sucessivos Governos, inviabilizando o cumprimento da Constituição da República Portuguesa (CRP), independentemente da matriz política daqueles, "laranja ou rosa", sempre a bem dos mais "desfavorecidos", engordando os mais favorecidos, e do desenvolvimento do País, estando cada vez mais na cauda do pelotão, mas do pelotão de trás.

É de tal modo evidente aquele facto, lê-se no comunicado, que hoje já há quem peça que se rasgue aquele documento, Lei Mãe e Programa Político, Social, Económico, Cultural e Cívico do Portugal renascido com o 25 de Abril de 1974, na mesma linha de quem defende a continuação da degradação dos vencimentos e do nível de vida, bem como da perda inqualificável de direitos arduamente conquistados ao longo de gerações, conduzindo ao aumento do desemprego (muitos dos quais são nossos familiares), à inexistência de perspectivas de futuro para os jovens, para os nossos filhos.

Mas, simultaneamente, acrescenta, contribui para o galopante enriquecimento de uns quantos, como se comprova pelos obscenos lucros nos anos consecutivos de crise, pelos anúncios de OPA's e contra-OPA's sobre empresas estratégicas para o País, pelos chocantes benefícios fiscais concedidos, que só por si resolveriam o problema do défice. No fundo, privatizando os lucros e nacionalizando os encargos e os prejuf-

braços e faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que os demais militares não se resignem.

Nesse sentido, a ANS está a desenvolver acções que visam combater o cepticismo e mostrar o caminho, um outro caminho, que conduza ao respeito pela nossa Dignidade profissional e social e à defesa da Condição Militar, de toda a Família Militar, e da Constituição.

#### JORNADA NACIONAL DE LUTA

No dia 15 de Março, os Sargentos de Portugal faltaram ao almoço nas respectivas messes, demonstrando deste modo a sua coesão, determinação e indignação pelas consequências desastrosas que o feroz ataque à Condição Militar os está a sujeitar, designadamente:

— as novas regras estabelecidas na assistência na doença dos militares (ADM); o risco de colapso do IASFA, em virtude da sua descapitalização; a falência do Fundo de Pensões; a demora no cumprimento das leis nomeadamente no que respeita ao associativismo e aos antigos combatentes; a suspensão sem aviso prévio nem justificação legal dos "Abonos Eventuais", aos camaradas do Exército; a degradação contínua das condições de bem-estar e de trabalho nas unidades que se verifica nos três ramos; a solidariedade para com os camaradas alvos de medidas de estilo autoritário, repressivo e desumano por parte de alguns comandos, como, por exemplo, o que está a acontecer à nossa camarada enfermeira do Exército 1SAR Raquel Nabais. ▲

Recordando o Dia Mundial da Mulher dedicamos este poema às nossas companheiras: da família e de armas

### A um ti que eu inventei

Pensar em ti é coisa delicada.  
É um diluir de tinta espessa e farta  
e o passá-la em finíssima aguada  
com um pincel de marta.

Um pesar grãos de nada em mínima balança,  
um armar de arames cauteloso e atento,  
um proteger a chama contra o vento,  
pentear cabelinhos de criança.

Um desembaraçar de linhas de costura,  
um correr sobre lâ que ninguém saiba e oiça,  
um planar de gaiivota como um lábio a sorrir.

Penso em ti com tamanha ternura  
como se fosses vidro ou película de loiça  
que apenas com o pensar te pudesses partir.

António Gedeão

## APA levou-nos ao teatro de revista

Na Academia de Santo Amaro, em Alcântara, uma das mais tradicionais salas de teatro amador em Portugal, teve lugar, no passado dia 11 de Fevereiro, uma exibição extraordinária.

Extraordinária, porque numa iniciativa da APA - Associação de Praças da Armada, a que se associaram a ANS e a CPDCM, esta exibição contava na plateia, senão na totalidade, pelo menos com uma maioria significativa de militares daquelas associações e suas famílias, que a um preço pouco mais do que simbólico não quiseram deixar de dar o seu contributo para aquela agremiação.

Foi uma forma interessante de colaborar com aquela colectividade, reconhecendo o excelente trabalho que vem desenvolvendo ao longo dos anos ao preservar uma forma de teatro tão genuinamente portuguesa como é o caso da peça em questão, "Tá Tudo na Maior", ao bom estilo do teatro de revista.

Aquele excelente grupo de amadores, num leque etário que cobre várias gerações, com um elevadíssimo sentido artístico e crítico, desempenho e entrega que nada deixa a dever aos profissionais, proporcionaram aos muitos

militares e famílias ali presentes uma noite memorável, em que o fino humor se cruzou com a crítica social inteligente e em que a cumplicidade entre os que estavam no palco a trabalhar e os que estavam na plateia a assistir por diversas vezes se fundiu num misto saudável de irreverência, respeito mútuo e admiração. Estado de espírito que se reforçou no final da peça, quando o presidente da Direcção da APA, Luís Reis, entregou uma oferta simbólica à Direcção da Academia e, quando por parte dos dirigentes da Academia, se dirigiram palavras de agradecimento e reconhecimento pelo trabalho em prol da dignidade dos militares, e dos cidadãos em geral, que estas associações vêm travando.

Foi, em suma, uma iniciativa que se recomenda e que se espera se venha a repetir por muitas e boas vezes. Também por esta via se contribui para a preservação da cultura portuguesa.

Bem ajam os Directores, Técnicos, Actores e demais colaboradores da Academia de Santo Amaro.

Aos cidadãos em geral se deixa a sugestão de visitarem aquela Academia pois não há muitos locais em Lisboa que por tão poucos euros proporcionem um tão agradável momento. ▲

